



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 3 DE JULHO DE 2025

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [Diogo Velez Mouta Pacheco de Amorim](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira](#)
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

O Presidente ([Diogo Pacheco de Amorim](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 1 minuto.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei n.º 1/XVII/1.^a, dos Projetos de Lei n.ºs 53, 67, 68, 70, 73 a 75, 77 e 78/XVII/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 115 a 123 e 129/XVII/1.^a.

Foi apreciada a Petição n.º 25/XVI/1.^a [Obra Vicentina de Auxílio aos Reclusos (OVAR) e APAR – Associação Portuguesa de Apoio ao Recluso] — Amnistia/perdão de penas no âmbito das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, em conjunto com, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 59/XVII/1.^a (BE) — Estabelece um perdão de penas e amnistia de infrações por ocasião da comemoração dos 50 anos do 25 de Abril. Proferiram intervenções os Deputados [Mariana Mortágua](#) (BE), [Paulo Muacho](#) (L), [Inês](#)

[de Sousa Real](#) (PAN), [Rui Rocha](#) (IL), [Patrícia Faro](#) (PS), [Paula Santos](#) (PCP), [Nuno Gabriel](#) (CH), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Eva Brás Pinho](#) (PSD) e [Pedro Pinto](#) (CH).

Procedeu-se à discussão da Petição n.º 41/XVI/1.^a (INTER Reformados Nacional CGTP-IN e MURPI – Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos) — Por uma rede pública de lares, em conjunto com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 50/XVII/1.^a (IL) — Pela simplificação na instalação e licenciamento de equipamentos de apoio social geridos por entidades privadas, 51/XVII/1.^a (IL) — Altera o Decreto-Lei n.º 141/89 pelo reconhecimento dos serviços de apoio domiciliário lucrativo, 58/XVII/1.^a (L) — Cria a rede pública de residências de apoio para as pessoas mais velhas,

62/XVII/1.^a (PCP) — Cria uma rede pública de equipamentos e serviços de apoio aos idosos, e com os Projetos de Resolução n.ºs 92/XVII/1.^a (PAN) — Pela criação de uma rede pública de lares, 94/XVII/1.^a (CH) — Pelo reforço da rede pública e solidária de respostas sociais, com prioridade para os lares de idosos e centros de dia, 98/XVII/1.^a (L) — Recomenda a criação do programa de alargamento da rede de equipamentos sociais – quarta geração, 104/XVII/1.^a (BE) — Reforço de políticas públicas de resposta a pessoas idosas e garantia de proteção laboral e social a quem cuida, 106/XVII/1.^a (CDS-PP) — Por uma rede de cuidados que não deixe nenhum idoso para trás e 112/XVII/1.^a (PS) — Pelo aumento de vagas em respostas sociais destinadas a idosos, garantindo o cumprimento das metas do PRR e acelerando a sua execução. Usaram da palavra os Deputados Mariana Leitão (IL), Isabel Mendes Lopes (L), Alfredo Maia (PCP), Inês de Sousa Real (PAN), Paulo Seco (CH), Mariana Mortágua (BE), Paulo Nuncio (CDS-PP), Patrícia Faro (PS), Leonor Cipriano (PSD) e Filipe Sousa (JPP).

Foi apreciada a Petição n.º 91/XVI/1.^a (FIEQUIMETAL – Federação Intersindical das Indústrias Metalúrgicas, Químicas, Elétricas, Farmacêutica, Celulose, Papel, Gráfica, Imprensa, Energia e Minas) — Profissões de desgaste rápido, conjuntamente, na generalidade, com o Projeto de Lei n.º 52/XVII/1.^a (IL) — Cria a definição e critérios de acesso à profissão de desgaste rápido, bem como com os Projetos de Resolução n.ºs 90/XVII/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que proceda à criação de um grupo de trabalho para a alteração do enquadramento legal das profissões de desgaste rápido, que defina critérios para a atribuição desta qualificação e identifique um elenco exemplificativo de tais profissões, 91/XVII/1.^a (PAN) — Pela melhoria e atualização da legislação sobre doenças profissionais, 93/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que promova um levantamento sobre as profissões que devem ser consideradas de desgaste rápido, para que se proceda à alteração do respetivo regime jurídico, 101/XVII/1.^a (BE) — Pelo reconhecimento das profissões de desgaste rápido e garantia de uma maior proteção social e laboral e 108/XVII/1.^a (PCP) — Recomenda ao Governo que proceda à definição e regulamentação de um regime laboral e de aposentação específico para os trabalhadores do setor da indústria. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Joana Cordeiro (IL), Inês de Sousa Real (PAN), André Ventura (CH), Mariana Mortágua (BE), Alfredo Maia (PCP), Filipe Sousa (JPP), Paulo Nuncio (CDS-PP), Isabel Mendes Lopes (L), Hugo Oliveira (PS) e Helga Correia (PSD).

Procedeu-se à discussão da Petição n.º 1/XVI/1.^a (Catarina Pires de Almeida Rosa e outros) — Pela preservação do património natural da península de Troia, conjuntamente com os Projetos de Resolução n.ºs 78/XVII/1.^a (L) — Recomenda a proteção e restauro dos ecossistemas dunares da península de Troia e das pradarias marinhas do estuário do Sado, 89/XVII/1.^a (PAN) — Recomenda a suspensão das dragagens no estuário do Sado até à avaliação e cumprimento das medidas previstas na Declaração de Impacte Ambiental, 96/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo a implementação de medidas para salvaguarda e valorização ecológica da península de Troia em equilíbrio com o interesse nacional, 103/XVII/1.^a (BE) — Pela preservação do património natural da península de Troia e 109/XVII/1.^a (PCP) — Em defesa da costa litoral do concelho de Grândola. Intervieram no debate os Deputados Paulo Muacho (L), Inês de Sousa Real (PAN), Bernardo Pessanha (CH), Mariana Mortágua (BE). Entretanto, após chamada de atenção feita pela Mesa para que se criassem condições para ouvir as intervenções, o Deputado André Ventura (CH) exerceu direito de protesto relativamente à condução dos trabalhos pela Mesa. Continuaram a usar da palavra, no âmbito do debate, os Deputados Paula Santos (PCP), Jorge Miguel Teixeira (IL), João Pinho de Almeida (CDS-PP), André Pinotes Batista (PS) e Sonia dos

Reis (PSD).

Seguiu-se a apreciação da Petição n.º 7/XVI/1.^a (Cristina Maria Rubianes Vieira e outros) — Regulamentação da profissão de psicomotricista, em conjunto com os Projetos de Resolução n.ºs 88/XVII/1.^a (PAN) — Pela regulamentação da profissão de psicomotricista, 95/XVII/1.^a (CH) — Pela regulamentação da profissão de psicomotricidade e 110/XVII/1.^a (PCP) — Recomenda ao Governo a regulamentação da profissão de psicomotricista, tendo intervindo no debate os Deputados Inês de Sousa Real (PAN), Marta Martins da Silva (CH), Paula Santos (PCP), Paulo Muacho (L), Joana Cordeiro (IL), Filipe Sousa (JPP), Joana Seabra (PSD) e Sofia Andrade (PS).

Foi discutida a Petição n.º 242/XV/2.^a — (José Manuel Correia Serra e outros) — Pela preservação das florestas e dos ecossistemas em Portugal, em conjunto com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 56/XVII/1.^a (PAN) — Prevê o crime de ecocídio no Código Penal, 57/XVII/1.^a (L) — Altera o Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, estendendo as suas medidas de proteção aos carvalhos e 65/XVII/1.^a (PS) — Reforça as regras de corte de árvores e harmoniza regimes contraordenacionais em matéria florestal, e com os Projetos de Resolução n.ºs 83/XVII/1.^a (IL) — Recomenda ao Governo a reforma da Agência Portuguesa do Ambiente e do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, 84/XVII/1.^a (IL) — Recomenda ao Governo a criação de um código florestal simplificado, 85/XVII/1.^a (IL) — Recomenda ao Governo finalizar o cadastro dos terrenos e incentivar o emparcelamento da propriedade rural, 100/XVII/1.^a (L) — Recomenda a implementação de medidas de conservação e proteção da biodiversidade da serra da Lousã e 105/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo a implementação de um programa nacional de replantação e regeneração ecológica das áreas cortadas em zonas protegidas. Intervieram os Deputados Jorge Pinto (L), Miguel Matos (PS), Jorge Miguel Teixeira (IL), José Dotti (CH), Inês de Sousa Real (PAN), Paula Santos (PCP), Filipe Sousa (JPP) e Ana Oliveira (PSD).

Procedeu-se ainda à apreciação da Petição n.º 120/XVI/1.^a (Movimento por uma Inclusão Efetiva) — Por uma inclusão efetiva nas escolas, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 54/XVII/1.^a (PAN) — Garante uma inclusão efetiva nas escolas, alterando o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, e 55/XVII/1.^a (PAN) — Aprova a carta dos direitos linguísticos da comunidade surda, especialmente em contexto educativo, e com os Projetos de Resolução n.ºs 39/XVII/1.^a (CH) — Pela contratação de terapeutas e psicólogos para o apoio de crianças com necessidades educativas especiais, 82/XVII/1.^a (IL) — A emergência na consolidação de aprendizagens, 86/XVII/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que elabore e apresente um relatório de avaliação da aplicação do Regime Jurídico da Educação Inclusiva com vista à respetiva melhoria contínua, 87/XVII/1.^a (PAN) — Por uma inclusão efetiva nas escolas, 97/XVII/1.^a (L) — Recomenda o reforço dos centros de apoio à aprendizagem, 99/XVII/1.^a (L) — Recomenda o reforço da língua gestual portuguesa (LGP) nas escolas, 102/XVII/1.^a (BE) — Por uma educação inclusiva, 107/XVII/1.^a (PCP) — Garantia de uma verdadeira educação inclusiva na escola pública, 111/XVII/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo a revisão das políticas de inclusão em meio escolar resultante da avaliação em curso e 113/XVII/1.^a (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a revisão do Regime Jurídico da Educação Inclusiva e da formação dos professores de educação especial. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Inês de Sousa Real (PAN), José Carvalho (CH), Angélique Da Teresa (IL), Patrícia Gonçalves (L), Mariana Mortágua (BE), Paula Santos (PCP), Inês Barroso (PSD) e Porfírio Silva (PS).

O Presidente (Diogo Pacheco de Amorim) encerrou a sessão eram 18 horas e 30 minutos.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos dar início à sessão.

Eram 15 horas e 1 minuto.

Peço às autoridades que abram as portas das galerias e passo a palavra ao Sr. Secretário da Mesa Francisco Figueira, para a leitura do expediente.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, como é habitual, anuncio à Câmara que deram entrada na Mesa, e foram admitidas pelo Sr. Presidente, várias iniciativas legislativas.

Em primeiro lugar, refiro a Proposta de Lei n.º 1/XVII/1.^a (GOV).

Deram também entrada na Mesa os Projetos de Lei n.ºs 53 e 70/XVII/1.^a (IL), 67 e 68/XVII/1.^a (BE), 73/XVII/1.^a (PCP), 74, 75 e 77/XVII/1.^a (PAN) e 78/XVII/1.^a (CH).

Deram ainda entrada na Mesa os Projetos de Resolução n.ºs 115/XVII/1.^a (IL), 116 e 117/XVII/1.^a (PAN), 118, 119, 120, 121, 122 e 123/XVII/1.^a (CH) e 129/XVII/1.^a (PAR).

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Muito obrigado, Sr. Deputado Francisco Figueira.

Vamos dar, então, início aos nossos trabalhos, com a discussão da Petição n.º 25/XVI/1.^a [Obra Vicentina de Auxílio aos Reclusos (OVAR) e APAR – Associação Portuguesa de Apoio ao Recluso] — Amnistia/perdão de penas no âmbito das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, bem como a discussão, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 59/XVII/1.^a (BE) — Estabelece um perdão de penas e amnistia de infrações por ocasião da comemoração dos 50 anos do 25 de Abril.

Quero saudar os peticionários que se encontram na galeria, agradecendo-lhes esta iniciativa.

Para dar início a esta discussão, dou a palavra à Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Queria também começar por cumprimentar os peticionários.

Nós acompanhamos esta petição...

Sr. Presidente, eu não me consigo ouvir a mim própria, é só...

Risos de Deputados do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem toda a razão, Sr.^a Deputada. Srs. Deputados, agradecia que cordialmente respeitassem a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, que está a falar e não se consegue fazer ouvir. Muito obrigado, Srs. Deputados.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Acompanhamos a petição da Obra Vicentina de Auxílio aos Reclusos e da Associação Portuguesa de Apoio ao Recluso. Acompanhamos o diagnóstico que fazem sobre as condições do sistema prisional, mas também a intenção de incluir, na celebração dos 50 anos do 25 de Abril, uma amnistia e um perdão de penas.

A proposta que apresentamos, a amnistia que propomos, cinge-se apenas até um ano ou 120 dias de multa e perdão de penas de um ano em penas até oito anos.

Portanto, não estamos a falar de crimes violentos; não estamos a falar de corrupção; não estamos a falar de terrorismo; não estamos a falar de crimes contra pessoas, tráfico de pessoas, auxílio à imigração ilegal. Estamos a falar de contraordenações e de crimes menores.

Aliás, os critérios que utilizámos na amnistia que agora propomos seguem exatamente os critérios da amnistia que foi amplamente apoiada nesta Assembleia da República, por ocasião da Jornada Mundial da Juventude, no ano passado, ou há dois anos, e que tinha, na altura, uma limitação etária que muitos consideraram injusta.

E, portanto, em suma, é uma amnistia nas mesmas condições daquelas que o PSD e que o PS já acompanharam no passado. Não tem a limitação do critério da idade e é uma forma justa de cumprirmos e de celebrarmos os 50 anos do 25 de Abril.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Nenhuma das Sr.^{as} Deputadas ou nenhum dos Srs. Deputados se quer inscrever para debater este ponto?

Pausa.

A Mesa pede à direção das bancadas para proceder a inscrições.

Pausa.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Muacho, do Livre, para uma intervenção.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caros Concidadãos nas galerias: Antes de mais, deixo um cumprimento aos mais de 7600 peticionários e às organizações que promovem esta petição, que tem como principal mérito voltar a trazer para o debate no Parlamento o tema da falência do sistema prisional e da reinserção no nosso País, resultado de décadas de falta de investimento, de estratégia e de interesse político nesta matéria.

Os dados não são novos, mas vale a pena reforçar.

Segundo o relatório do Mecanismo Nacional de Prevenção contra a Tortura, relativo a 2023, o retrato das prisões em Portugal é chocante: situações de homologação da lotação oficial superior à capacidade efetiva do estabelecimento, sobrelotação, problemas de privacidade e de salubridade de instalações sanitárias e balneários,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É! Para os guardas prisionais!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — ... humidade, infiltrações graves, infestações.

O mesmo alerta foi deixado pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa, em setembro do ano passado, referindo-se ainda à falta de uma estratégia abrangente que identifique e solucione as causas deste problema.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Livre está preocupado é com os criminosos!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Entretanto, o nosso País continua a enfrentar condenações no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

As prisões não podem ser depósitos de pessoas nem lugares de exceção para o cumprimento das obrigações do Estado.

Não está só em causa a credibilidade do Estado português, está também em causa a prevenção da criminalidade.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o sistema penal pune, mas também deve reinserir, dar oportunidade e dignificar; deve promover a criação e a reparação dos laços comunitários e a responsabilidade. Só assim conseguimos combater eficazmente a reincidência e só assim conseguiremos dar dignidade e evitar o crime.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, dou a palavra à Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Cumprimento-os e, antes de mais, gostaria também de agradecer aos petionários, porque percebemos de onde vem este apelo e sabemos que o sistema prisional português tem tido falhas incompreensíveis. Aquilo que deveria ser o seu alicerce, que é a reinserção social e a preparação para que as pessoas possam voltar a estar integradas na sociedade, tem falhado de forma flagrante.

Temos um modelo que, de facto, não prepara estas pessoas para depois estarem normalmente na vida em coletivo, e o que acaba por acontecer é a reincidência ser uma marca do sistema prisional português.

O próprio Observatório Europeu das Prisões já concluiu que as regras aplicáveis em Portugal têm sido ignoradas. Veja-se o caso grotesco do Estabelecimento Prisional de Angra do Heroísmo, onde um homem com doença psiquiátrica grave foi colocado em isolamento, sem roupa e sem cuidados adequados. Não podemos ter estas situações a ocorrer, que são uma violação flagrante dos direitos humanos.

Sabemos que este é um tema fértil para populismos, para discursos fáceis, que exploram a indignação pública, mas o que está aqui em causa não são narrativas distorcidas, são direitos humanos, são condenações internacionais, e não podemos fingir que nada disso existe.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Agora, dou a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Rui Rocha, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Levou o acaso a que estivéssemos hoje a discutir questões de justiça, no mesmo dia em que José Sócrates começa a ser julgado nos tribunais portugueses.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Finalmente!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — E isso é um julgamento do próprio, mas implica também um julgamento sobre o Partido Socialista,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... o mesmo Partido Socialista que é representado...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... por muitos Deputados que estiveram ao lado de José Sócrates,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Grande réu!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... que fecharam os olhos e que se comportaram como verdadeiros *hooligans* da governação e do comportamento de José Sócrates.

Protestos de Deputados do PS.

Portanto, este julgamento é também sobre esse Partido Socialista, que foi incapaz de fazer uma autocrítica e foi incapaz de pedir desculpa aos portugueses pelo comportamento de José Sócrates.

Protestos do Deputado do PS Miguel Cabrita.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Calma! Calma!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Vamos à questão da amnistia.

Não existe um direito à amnistia na comunidade portuguesa. O que existe é o dever de cumprir as penas.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — E esse dever de cumprir as penas tem três objetivos fundamentais. O primeiro é pacificar a sociedade; o segundo é pacificar as vítimas; e o terceiro é também trazer prevenção deste tipo de comportamentos na sociedade portuguesa.

Mas há mais: fazer frequentemente amnistias desautoriza o próprio poder judicial...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — ... e, no limite, é uma intromissão inaceitável no princípio da separação de poderes.

Mas há pior: é que insistir na frequência de amnistias desautoriza também o legislador, porque é o legislador que dispõe as molduras penais, e não faz sentido que depois esteja sistematicamente a pôr em causa aquilo que anteriormente decidiu.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — As amnistias devem ser, portanto, excecionais.

Na opinião da Iniciativa Liberal, o espaço e o tempo para uma amnistia foram esgotados com a visita do Papa Francisco e estão esgotados para muitos anos que não de vir.

É evidente que as condições das prisões não são as ideais. É evidente que não são ideais nem para os reclusos nem para os guardas prisionais, mas não é a amnistia o modelo indicado para suprir as falhas do Estado português.

Pela nossa parte, a amnistia que aqui se propõe é uma amnistia extemporânea e não estaremos disponíveis para a viabilizar.

Aplausos da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção sobre o mesmo assunto, dou a palavra à Sr.^a Deputada Patrícia Faro, do Partido Socialista.

A Sr.^a **Patrícia Faro** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Cumprimento-os e deixo uma saudação especial aos peticionários aqui presentes, o Sr. Manuel Hipólito Santos, da Obra Vicentina de Auxílio aos Reclusos, e o Sr. Diogo Gouveia Cabrita, da Associação Portuguesa de Apoio ao Recluso.

Sobre a audiência desta petição com mais de 7500 subscritores, que decorreu no ano transato, em junho de 2024, e da qual eu tive o privilégio de ser também a relatora, permitam-me, de facto, salientar e realçar o trabalho que desenvolvem no âmbito dos direitos humanos e da dignidade humana, ao darem aqui também visibilidade às condições de muitos dos estabelecimentos prisionais.

Esta petição comporta dois conceitos: a amnistia, que respeita às infrações abstratamente consideradas como apagando a natureza criminal do facto, e o perdão, que implica que a pena ou a medida de segurança não sejam total ou parcialmente cumpridas, conforme foi referido no relatório final.

A medida não é inédita, já aqui foi referido. Assistimos, no passado, à aprovação de leis da amnistia em situações idênticas, no 25.º aniversário das comemorações do 25 de Abril e, recentemente, com a realização da Jornada Mundial da Juventude, em 2023.

Entendemos e subscrevemos o simbolismo de assinalar os 50 anos do 25 de Abril, com a fundação da democracia, através de um ato reintegrador, que representa também um compromisso com os princípios de justiça.

E bem sabemos que há muito a fazer — não o ocultamos —, desde a falta de condições de dignidade dos estabelecimentos prisionais portugueses, a ausência de planos estruturados no âmbito da saúde mental, das adições e da própria reinserção social.

Entendendo que não é essa a motivação do pedido desta petição, na base da petição está efetivamente, e subsiste, o propósito de reduzir o excessivo tempo médio da população reclusa.

Por fim, para concluir, pela nossa parte, o Partido Socialista não vai deixar de pugnar pelo robustecimento da reinserção social e de efetuar uma reflexão sobre os benefícios da justiça restaurativa, ao invés da justiça punitiva.

Neste sentido, estamos disponíveis para apresentar uma medida legislativa, no sentido do peticionado, se for esse o entendimento de todas as forças aqui representadas, uma vez que, dada a matéria em causa, se exige que esta seja uma decisão consensual.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Agora tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP, para uma intervenção.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em primeiro lugar, queremos saudar a Obra Vicentina de Auxílio aos Reclusos e a Associação Portuguesa de Apoio ao Recluso pela petição e pelo tema que trazem à discussão na Assembleia da República.

Queremos também expressar o nosso reconhecimento pelo apoio e trabalho desenvolvido com os reclusos que se encontram a cumprir pena nos estabelecimentos prisionais portugueses.

Esta petição propõe a concessão de uma amnistia, um perdão de penas, a propósito das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, a exemplo até do que aconteceu aquando da realização da Jornada Mundial da Juventude em Lisboa, com tranquilidade e sem alarme social.

O PCP não recusa a consideração da possibilidade de concessão de um perdão de penas, devidamente ponderada e equilibrada, como é óbvio, em casos concretos e circunscritos. São medidas de clemência, portanto, devem ser sempre encaradas como excecionais e limitadas nos termos da lei, no tempo, no âmbito e no universo a abranger na tipologia de crimes, com a exclusão dos crimes graves.

Neste debate, não podemos deixar de referir os problemas do sistema prisional, que são amplamente conhecidos e exigem um investimento sério, seja nas instalações, nas medidas de segurança, na valorização das carreiras dos profissionais que aí trabalham, seja no trabalho com vista à reinserção dos reclusos.

Na verdade, o diagnóstico está mais do que feito; as medidas concretas anunciadas pelos Governos é que tardam em ser concretizadas. Trata-se de problemas há muito detetados pelos sindicatos representativos dos guardas prisionais, pelos técnicos de reinserção social, que aguardam há mais de 20 anos pela sua carreira, e também pelas associações como as que tiveram a iniciativa desta petição, que chamam a atenção para as infraestruturas existentes, a alimentação ou o acesso à saúde dos reclusos.

Há muito ainda por fazer para que o sistema prisional garanta dignidade para quem lá trabalha e para quem lá cumpre a pena.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Nuno Gabriel, do Chega.

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Cumprimento primeiramente a Obra Vicentina, promotora desta petição, e saúdo o seu empenho cívico e o espírito cristão. Não podia, porém, estar mais em desacordo, lamentando a inoportunidade desta petição.

Que sinal estamos a dar aos portugueses, quando equacionamos amnistiar bandidos, num momento em que o crime violento cresce em flecha?

Aplausos do CH.

As violações estão no número mais alto da última década. Os assaltos de rua aumentaram 50 % no último ano. As ruas portuguesas estão mais inseguras do que nunca. O que os portugueses esperam de nós, e bem, é um sinal de firmeza no combate a esta realidade.

Aplausos do CH.

Curiosamente, refere a petição que a última amnistia, datada de 2023, foi, e cito, «frouxa». Srs. Deputados, frouxos temos sido nós, com o Sócrates, com o Salgado, com o Vara, com o Ferro Rodrigues, com os submarinos, com os *Tutti Frutti* entre PS e PSD. É nisto que temos sido frouxos, Srs. Deputados!

Aplausos do CH.

Srs. Deputados, Srs. Peticionários, não é o agressor que merece a solidariedade do Estado, mas, sim, os portugueses honestos, trabalhadores e cumpridores da lei. Esses é que merecem a solidariedade do Estado.

Aplausos do CH.

Merecem ter o seu país de volta, com um Estado que exerça de uma forma firme a sua autoridade. Srs. Deputados, sejamos claros: temos de proteger as nossas ruas, e não amnistiar bandidos.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Temos de dar condições aos guardas prisionais, e não amnistiar bandidos. Temos de dar dignidade às forças de segurança, e não amnistiar bandidos. Temos de respeitar as vítimas, e não amnistiar bandidos. Temos de aumentar as penas, e não amnistiar bandidos.

Aplausos do CH.

Não contem com o Chega para compactuar com este género de país ao contrário, de que o PS gosta e que a extrema-esquerda ama — por isso, uns encolhem e outros quase desaparecem!

Risos do CH.

Srs. Deputados, desta tribuna, para nós e sempre, lugar de bandido é na prisão.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado João Almeida, do CDS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em nome do Grupo Parlamentar do CDS, começamos, naturalmente, também, por saudar os peticionários e, com toda a frontalidade, dizer-lhes que discordamos em absoluto da sua pretensão.

Esta amnistia não é oportuna; esta amnistia, a existir, não seria justa; esta amnistia, pelo contexto em que é apresentada, seria sempre extemporânea.

Esta amnistia não faz sentido, porque aquilo que se pretende é resolver problemas do sistema prisional através de uma amnistia. Não poderíamos estar mais errados se fôssemos por esse caminho.

Se existem problemas no sistema prisional, corrigem-se, e este Governo começou desde logo por priorizar aquilo que deve ser priorizado: a carreira dos guardas prisionais, a admissão de guardas prisionais, as condições desses guardas prisionais e as condições de manutenção do respeito pela lei dentro dos estabelecimentos prisionais, porque mau é haver estabelecimentos prisionais em Portugal onde entra droga, onde se fala ao telefone, onde se continua a praticar a atividade criminosa que levou essas pessoas para

dentro do estabelecimento prisional. Isso, num Estado de direito, é inaceitável e deve ser a prioridade de um Governo. E foi!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mal seria que a prioridade do Governo fosse olhar para as prisões portuguesas e dizer: «As prisões portuguesas não funcionam bem, portanto, o caminho é soltar os presos.»

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, não será nunca esse o caminho.

Portanto, dizemos claramente: há problemas para resolver nas prisões portuguesas, precisamos de mais guardas prisionais; há problemas para resolver nas prisões portuguesas, precisamos de dar melhores condições aos guardas prisionais; há problemas para resolver nas prisões portuguesas, precisamos que essas prisões tenham melhores condições, principalmente para impedir a continuidade da prática criminosa.

Há, certamente, depois de todas estas prioridades, que acautelar questões de direitos humanos, que têm de ser respeitadas como tal, mas nunca pondo em primeiro lugar aquilo que nunca pode ser prioritário.

Portanto, para nós, deve haver respeito pela lei e pela ordem, e cumprimento das penas a que aqueles que prevaricaram foram condenados.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Agora, para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Eva Brás Pinho, do PSD.

A Sr.^a **Eva Brás Pinho** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo por agradecer aos peticionários o seu contributo cívico e dizer que esta petição demonstra uma genuína preocupação com as prisões portuguesas e com quem nelas cumpre pena. Só por isso, já merece ser reconhecida.

É inegável que o nosso sistema prisional enfrenta dificuldades há muito tempo, fruto de anos de pouco investimento, que transformaram esta área no parente pobre da justiça, e é verdade que há entidades nacionais e internacionais que têm sinalizado problemas nas nossas prisões, que não podemos ignorar. Sabemos que o Ministério da Justiça, como já aqui foi dito, tem procurado intervir.

Contudo, não podemos esquecer que o sistema penal português assenta num princípio de reinserção social, articulando a proteção da comunidade com a reabilitação dos cidadãos que infringem a lei. A execução das penas e, designadamente, a restrição do direito à liberdade não existem, como alguns fazem crer, apenas para castigar quem viola a lei. Existem para proteger bens jurídicos fundamentais, nomeadamente, o património público e privado, a segurança pública, para estabelecer a paz social e, naturalmente, para permitir a reintegração do cidadão na sociedade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Eva Brás Pinho** (PSD): — Mas a amnistia não pode ser vista como um direito e muito menos como uma solução para os problemas do sistema prisional. São gestos pontuais, medidas de exceção, com critério político, que a Constituição reserva para momentos de particular significado, histórico ou social, como símbolos de clemência e compaixão.

Sabemos que, há muito pouco tempo, em 2023, foi aprovada uma amnistia no contexto especial da visita do Santo Papa, na Jornada Mundial da Juventude. Foi um gesto simbólico, justificado por ser um momento de grande significado para o nosso País, e foi também, claro, um gesto de boa-fé e de confiança nas novas gerações, que têm uma vida pela frente.

Não podemos é transformar a amnistia numa prática frequente, sob pena de violarmos o princípio da igualdade penal, desconsiderando todos os que, não sendo abrangidos, cumprem a sua pena e a sua dívida à

comunidade, e também sob pena de colocarmos em causa a sensação de justiça dos cidadãos cumpridores, alimentando um sentimento que, infelizmente, muitos partilham e outros aproveitam para cavalgar: o sentimento de que o nosso sistema penal tolera a impunidade e de que facilitamos em demasia.

Srs. Deputados, o 25 de Abril fez-se para estabelecer o primado da lei, da Constituição e do Estado de direito; fez-se para impor regras decididas e aceites por todos e para as fazermos cumprir. É que só preservamos o 25 de Abril se combatermos precisamente os inimigos da liberdade e da sã convivência social.

É por estas razões — compreendendo que a iniciativa dos petiçãoários vem de um lugar de compaixão, de bondade e de clemência — que não podemos acompanhar a pretensão de aprovar uma nova amnistia, sabendo que ainda há muito pouco tempo aprovámos uma. Por isso, ela é, neste momento, extemporânea.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Acrescendo 16 segundos, cedidos pelo partido Livre, aos poucos segundos que lhe restavam, vai usar da palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, para uma intervenção.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tão bom!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Lamento que os partidos que antes apoiaram esta amnistia agora não tenham coragem de o fazer abertamente.

Dizem que não é oportuno. Não é porque a comemoração dos 50 anos do 25 de Abril não seja suficiente. Não é oportuno, porque acham que a pressão da extrema-direita é forte de mais para poderem dizer aqui abertamente que defendem uma amnistia.

Protestos do CH.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não tem nada a ver!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Falar de crimes graves, de crimes contra o património e contra as pessoas, sabendo que esta amnistia não abarca esses crimes, é falsear este debate,...

Aplausos de Deputados do PS.

... é distorcer este debate e é uma hipocrisia inaceitável, porque os senhores leram o projeto e sabem que nenhum dos crimes que aqui foram mencionados são abrangidos por esta amnistia.

Já agora, Srs. Deputados do Chega, não gostam de bandidos, a não ser quando são os bandidos a financiar o Chega, como os dos cartéis dos helicópteros ou aqueles que são intermediários dos negócios de José Sócrates na Operação Marquês.

Aplausos do L e de Deputados do PS.

Protestos do CH.

Quando dão dinheiro ao Chega, os bandidos são bem-vindos...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do L e de Deputados do PS.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Queria anunciar à Câmara que estão presentes nas galerias um grupo da Assembleia Municipal Jovem de Espinho e um grupo da Assembleia Municipal Jovem de São João da Madeira.

Aplausos gerais.

Ainda sobre este ponto, e com 8 segundos cedidos pelo PSD ao Chega, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, para uma intervenção.

Risos do L, do PCP, do BE e de Deputados do PS.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Amiguinhos!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Ai, ai!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Queria dizer apenas que é triste chegarmos ao final deste ponto e não ouvirmos o Livre, o PAN e o Bloco de Esquerda falar uma vez nos guardas prisionais e na falta de condições que têm.

Aplausos do CH.

No entanto, Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, há uma coisa que lhe posso dizer: o Chega pode ter muitos patrocinadores, mas são todos clarinhos como a água.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — São, são!...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Há uma coisa que o Chega não tem: é patrocínios de terroristas das FP-25 (Forças Populares 25 de Abril), como os senhores continuam a ter.

Aplausos do CH, com Deputados de pé.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, pede a palavra para que efeito?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, fazendo uso da boa vontade do Sr. Deputado único do JPP, peço para usar o minuto que me foi cedido pelo Sr. Deputado.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Vejo que grassa a generosidade hoje, neste Parlamento.

Protestos do CH.

Srs. Deputados, por favor, peço condições na Sala.

Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, tem a palavra, para uma intervenção.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Sr. Deputado sabe que o que diz é falso. É falso que o Bloco de Esquerda não defenda as condições de trabalho dos guardas prisionais nas prisões e é falso o que diz sobre os financiadores do Bloco de Esquerda, que acabou de inventar.

O que não é falso é a notícia que diz que arguido do cartel dos helicópteros é financiador do Chega.

Protestos do CH.

O que não é falso é que Cruz Martins, envolvido no negócio de Vale do Lobo com Hélder Bataglia e com muitos daqueles que hoje são arguidos na Operação Marquês, foi um dos maiores angariadores de dinheiro para o Chega. Isso não é falso, é sabido, e mostra bem os duplos critérios do Chega.

Protestos do CH.

Alguém que não pagou uma multa, alguém que andou num transporte público sem título válido, são bandidos que não podem ser amnistiados. Mas alguém que se juntou num cartel para tirar dinheiro ao Estado e que andou a fazer negócios para o Estado angolano pode financiar o Chega.

Assim se vê, Srs. Deputados!

Aplausos do L e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — A Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes está a pedir a palavra para que efeito?

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — É para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, Sr. Presidente, para fazer um pedido de distribuição de documentação.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, vamos fazer chegar à Mesa um pedido de distribuição de documentação sobre todas as propostas que o Livre já apresentou relativamente aos estabelecimentos prisionais e às condições de trabalho nos estabelecimentos prisionais,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Ninguém quer saber! Vocês são insignificantes, como o Bloco!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... para lembrar o Sr. Deputado Pedro Pinto destas coisas. Portanto, vamos enviar para a Mesa.

Aplausos do L.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — A formiga já tem catarro! Acham que já são gente!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr.^a Deputada, faça favor de enviar, será distribuída. Sr. Deputado Pedro Pinto, está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, é apenas para pedir que seja distribuída uma notícia de 2021 — ainda o Bloco tinha muitos Deputados, agora tem só um —...

Risos do CH.

Protestos do BE.

... que diz que o antigo dirigente das FP-25 é candidato do Bloco de Esquerda a uma junta de freguesia no Barreiro. Portanto, vê-se logo quem é que está do lado dos terroristas e quem é que está do lado do bem.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado, será entregue.
Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, está a pedir a palavra para que efeito?

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — É para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Espero que seja, Sr.^a Deputada. Faça favor.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, é para esse mesmo efeito. O PAN pretende pedir à Mesa a distribuição de todas as iniciativas que já fez relacionadas com os direitos dos guardas prisionais, mas também com as condições laborais dos mesmos, até porque, ao contrário do Chega, nós defendemos efetivamente aquilo que são os direitos, liberdades e garantias de todos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ó Inês, ninguém bateu palmas!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Com certeza, será distribuído, Sr.^a Deputada.
Ora bem, Srs. Deputados, peço a vossa atenção. Parece estar esgotada a generosidade da Câmara em relação a tempo excedido facilmente.

Passamos ao segundo ponto da agenda, a discussão da Petição n.º 41/XVI/1.^a (INTER Reformados Nacional CGTP-IN e MURPI – Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos) — Por uma rede pública de lares, em conjunto com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 50/XVII/1.^a (IL) — Pela simplificação na instalação e licenciamento de equipamentos de apoio social geridos por entidades privadas, 51/XVII/1.^a (IL) — Altera o Decreto-Lei n.º 141/89 pelo reconhecimento dos serviços de apoio domiciliário lucrativo, 58/XVII/1.^a (L) — Cria a rede pública de residências de apoio para as pessoas mais velhas, 62/XVII/1.^a (PCP) — Cria uma rede pública de equipamentos e serviços de apoio aos idosos, e com os Projetos de Resolução n.ºs 92/XVII/1.^a (PAN) — Pela criação de uma rede pública de lares, 94/XVII/1.^a (CH) — Pelo reforço da rede pública e solidária de respostas sociais, com prioridade para os lares de idosos e centros de dia, 98/XVII/1.^a (L) — Recomenda a criação do programa de alargamento da rede de equipamentos sociais – quarta geração, 104/XVII/1.^a (BE) — Reforço de políticas públicas de resposta a pessoas idosas e garantia de proteção laboral e social a quem cuida, 106/XVII/1.^a (CDS-PP) — Por uma rede de cuidados que não deixe nenhum idoso para trás e 112/XVII/1.^a (PS) — Pelo aumento de vagas em respostas sociais destinadas a idosos, garantindo o cumprimento das metas do PRR e acelerando a sua execução.

Para se debruçar sobre este assunto, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Leitão, da Iniciativa Liberal.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Uma primeira palavra para agradecer aos 8480 petionários por trazerem à Assembleia da República o debate sobre as necessidades do reforço da oferta de equipamentos sociais, nomeadamente para idosos. Neste capítulo, só podemos dizer que acompanhamos a preocupação.

Existe uma baixa oferta de equipamentos sociais de apoio aos idosos, apoio domiciliário, centros de dia e lares, altamente preenchidos e com dificuldades em aumentar a oferta. E a pergunta que fica é: porque será? Se estamos num País com cada vez mais idosos, logo, com cada vez maior procura desses serviços, porque será que a oferta não aumenta? E, conseqüentemente, porque será que os preços não baixam? A resposta é simples: o Estado tem uma visão miserabilista e impositiva daquilo que devem ser as respostas sociais para os idosos e, para garantir essa visão, afoga qualquer tipo de iniciativa em burocracia e requisitos que em nada têm a ver com a qualidade do serviço.

Vejamos, a portaria que regula as condições de instalação e funcionamento dos lares para idosos impõe condições como gabinetes administrativos e as suas respetivas dimensões, salas de reuniões, requisitos de dimensionamento e pessoal de cozinhas e lavandarias consoante o número de utentes. Se juntarmos a isto

todos os licenciamentos prévios, morosos na sua aprovação, a construção e a reabilitação dos imóveis para instalar estes equipamentos, temos um autêntico sufoco à instalação de respostas sociais, a que se juntam as limitações quando estas procuram aumentar a sua capacidade.

Srs. Deputados e Srs. Peticionários, a resposta à escassez de oferta nunca será construir lares do Estado, porque maior do que a burocracia criada pelo Estado é a burocracia e a incapacidade de atuação do próprio Estado. Queremos repetir os problemas que vemos na construção de infraestruturas de saúde? Olhemos ao hospital do Algarve, ao hospital do Oeste ou ao hospital do Alentejo, tudo obras já com anos de atraso.

Vejamos a habitação pública: dezenas de milhares de casas prometidas até 2024, apenas uns poucos de milhares disponíveis; ou ainda as promessas incumpridas de camas em residências universitárias, já sem falar noutras infraestruturas como o novo aeroporto de Lisboa.

Será este Estado a dar resposta à escassez da oferta de infraestruturas para pessoas idosas? Em quantos anos? A que custo? Os nossos idosos não podem esperar pelo Estado para dar resposta a esta emergência. A resposta do Estado ao problema de falta de vagas em lares e à escassez de oferta dos serviços de apoio domiciliário não é entrar no setor, é ajudar a fazê-lo crescer de forma orgânica, legal e segura, e apoiar os idosos que realmente necessitam, dando resposta às situações de emergência social.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caras e Caros Concidãos nas galerias: Uma das coisas boas da evolução tecnológica, da ciência e do conhecimento é que a esperança média de vida aumentou. Isso significa que temos vidas mais longas e que temos a oportunidade de estar mais tempo com os nossos pais e mães, com as nossas avós, com os nossos avôs. Mas também significa que temos de nos adaptar e temos de garantir as condições para que todas as pessoas tenham uma vida digna.

Isso passa pela habitação, pela saúde, que são as condições básicas para uma boa vida, mas passa por mais. Passa também por garantir que todas as pessoas de qualquer idade tenham o espaço, o tempo e as condições para estar com a sua família, com os seus amigos, com os seus vizinhos, com a sua comunidade. Por isso, é preciso garantir que ninguém fique votado à solidão, como tantas vezes acontece em Portugal.

Nós temos aqui uma enorme responsabilidade coletiva, até porque agora estas condições não estão a ser asseguradas às nossas pessoas mais velhas. Na verdade, têm sido as famílias a assegurar sobretudo o cuidado. Quando a autonomia dos familiares mais velhos diminui, a pressão sobre as famílias aumenta. Muitas das famílias não têm acesso a respostas institucionais adequadas, há falta de vagas em lares, as listas de espera são longas, muitos preços são completamente impraticáveis e muitas vezes as famílias não têm alternativa senão recorrer a soluções ilegais que põem em perigo os seus familiares ou a tomar elas próprias conta da situação em casa, sendo muito sobrecarregadas enquanto cuidadoras informais.

Portanto, a resposta é muito curta. Em 2023, havia mais de 280 000 vagas em respostas sociais direcionadas à população mais velha, mas a cobertura das estruturas residenciais para pessoas idosas era residual, rondava apenas 8,7 %. Estes números mostram a falta de respostas que existe no Estado e nas instituições da sociedade civil, em especial na disponibilidade de vagas em residências.

Queremos agradecer muito aos primeiros petiçãoários, INTER Reformados Nacional CGTP-IN e MURPI – Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos, e aos mais de 8000 subscritores desta petição, que nos apresentam a proposta da criação de uma rede pública de lares e o reforço da rede de equipamentos e serviços de apoio à terceira idade.

O Livre considera essencial apoiar as pessoas mais velhas e as suas famílias e, por isso, propõe um projeto de lei ambicioso para a criação de uma rede pública de residências para pessoas mais velhas, gerida e financiada pelo Estado, para garantir universalidade, equidade e qualidade dos cuidados prestados, habitação adequada, assistida e acessível, como deveria ser sempre em qualquer idade.

Mas queremos ir mais longe. Não basta uma rede pública de lares. É preciso, na verdade, ir mais além, como a criação de residências comunitárias intergeracionais, onde a privacidade e o convívio coexistem, onde a autonomia é promovida e o apoio é garantido. Estas soluções combatem o isolamento social, promovem o

bem-estar emocional e garantem a presença na comunidade, tornando o envelhecimento parte da nossa vida em comum e parte da nossa vida de uma forma digna e integrada.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Agora dou a palavra ao Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP, para uma intervenção.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Uma saudação particular à INTER Reformados da CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses) e ao MURPI, dinamizadores da muito oportuna petição por uma rede pública de lares, e que estão presentes nas galerias.

Esta petição coloca com toda a clareza o que está em causa: o direito a envelhecer com direitos. Os dados demográficos confirmam o aumento da esperança média de vida como extraordinário avanço civilizacional, graças aos progressos científicos, técnicos, médicos e de saúde pública. A tendência não é nova e já deveria ter mudado há muito as políticas públicas que garantam a todos esse direito. As pessoas estão a viver cada vez mais e isso é uma conquista para todos nós. Mas viver mais reclama viver com mais saúde e com mais qualidade de vida.

Como o PCP não se cansa de afirmar, é necessário garantir o envelhecimento com autonomia económica e social e a especial proteção nas situações de dependência, permitindo aos idosos e às famílias o acesso a lares e outras respostas de qualidade e proximidade, independentemente dos seus rendimentos. Além das indispensáveis condições materiais expressas em salários e em pensões dignas e justas, na reposição da idade legal de reforma aos 65 anos e na possibilidade de reforma antecipada sem penalizações, coloca-se a exigência da resolução urgente da gritante escassez de respostas e equipamentos.

Partindo dos indicadores da Carta Social, infelizmente muito desatualizados, verifica-se que em 2023 as taxas de cobertura média para a população com 65 ou mais anos eram de apenas 4,7 % em serviços de apoio domiciliário, 5 % em centros de dia e 8,7 % em estruturas residenciais para idosos. Ora, o projeto de lei do PCP aponta o reforço do financiamento e dos apoios às entidades que asseguram respostas e equipamentos através da rede social e solidária, mas salienta também a urgência da criação de mais lares, com pelo menos 80 000 vagas até 2026, através de uma rede pública de estruturas residenciais.

A rede pública deve incluir também respostas como os serviços de apoio multidisciplinar ao domicílio, centros de dia e centros de convívio. A criação dessa rede deve partir fundamentalmente através do aproveitamento, reabilitação e adaptação de imóveis públicos, sem prescindir de construção nova quando necessária. A aposta central numa rede pública não dispensa a complementaridade da rede solidária, para a qual, insistimos, são necessários mais apoios financeiros do Estado, incluindo a melhoria da formação dos seus profissionais.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Antes de mais, cumprimento os mais de 8000 cidadãos que assinaram esta petição. Não nos podemos esquecer que, em Portugal, cerca de metade dos pensionistas receberam até 500 € de pensão em 2024, um valor que fica abaixo do limiar da pobreza e muito longe de conseguir cobrir os custos da alimentação, do alojamento ou até da própria medicação. Isto significa que nos últimos anos temos condenado a população idosa a ser cronicamente pobre e apenas quem tem um suporte familiar robusto pode sonhar em ter uma vida digna naquilo que possam ser as suas perspetivas de envelhecimento.

Atualmente, não temos um sistema fixo, robusto e eficiente que permita o envelhecimento ativo e digno da população idosa. O Estado tem atirado essa responsabilidade para os setores social e privado, o que é manifestamente insuficiente e deixa de fora aquele que tem de ser o papel do Estado neste processo.

Para quem procura uma resposta nas residências, nas estruturas residenciais, falamos de preços cada vez mais caros. O quarto mais barato custa, em média, 1300 €. É três vezes mais o valor que, em média, recebe um pensionista. A grande maioria dos lares tem lotação esgotada, ou perto disso, com listas de espera insuportáveis e vagas comparticipadas pela segurança social que são absolutamente incompreensíveis, algo que leva a que muitos recorram a lares clandestinos na tentativa de contornar estes problemas.

Em simultâneo, olhamos para o facto de o Estado fechar os olhos e termos tido as sucessivas forças políticas que têm estado no Governo a ignorar que temos de acabar com o regime dos residentes não habituais. Se um idoso português passa por estas necessidades, não é aceitável que quem vem procurar o nosso País para viver não pague os seus impostos e o Estado tenha já perdido, em 2024, mais de 1,7 mil milhões de euros com os residentes não habituais.

Não há por isso, Sr.^{as} e Srs. Deputados, qualquer desculpa para que não se crie em Portugal uma bolsa e uma rede pública de lares, algo que o PAN propõe. Quando disserem que não há dinheiro ou que o Estado não tem de intervir, o dinheiro existe, não tem é havido vontade nem coragem política para acabar com este regime e conferir dignidade aos idosos do nosso País.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Paulo Seco, do Chega.

O Sr. **Paulo Seco** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Saúdo os mais de 8400 peticionários desta petição que pretende a criação de uma rede pública de lares.

Subo hoje a esta tribuna com um propósito muito claro, que é dar voz àqueles que muitas vezes são esquecidos, abandonados e bastante maltratados por um Estado que há décadas virou as costas aos seus cidadãos mais experientes — os nossos pensionistas, os nossos idosos e, de forma bastante clara, os nossos pais, os nossos avós.

Aplausos do CH.

É inaceitável que, num país que se diz desenvolvido, envelhecer continue a ser uma condenação, em vez de ser uma fase de respeito, reconhecimento e cuidado. Sim, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, ouviram bastante bem: cuidado ao próximo.

Quando a nossa realidade social é vincada por pensões de miséria, lares clandestinos, listas de espera intermináveis e mensalidades incontornáveis, acho que está tudo dito.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Seco** (CH): — Não podemos esquecer que as políticas praticadas nas últimas décadas apenas empurraram o País para a cauda da Europa no que ao auxílio à classe sénior diz respeito. Pasmem-se os mais incautos: atualmente, mais de 600 000 idosos em Portugal vivem em risco de pobreza extrema ou mesmo de exclusão social.

O Chega, no seu plano político de 2025, assume o compromisso, de forma firme e inequívoca, de devolução a todos os seus seniores da respetiva dignidade no centro da política social portuguesa. Com propostas concretas e corajosas, chegou a hora de agir. Há que reforçar a rede nacional de lares públicos, privados e sociais, com uma fiscalização bastante rigorosa e com uma gestão descentralizada e transparente, garantindo qualidade, dignidade e maior acessibilidade a nível financeiro, dando maior ênfase, naturalmente, ao interior do nosso País e ilhas.

Infelizmente, a existência de lares clandestinos não é apenas uma falha do sistema, é sobretudo uma vergonha nacional.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Seco** (CH): — Reiteramos o apoio ao envelhecimento em casa e o reforço das valências sociais, dos serviços de apoio domiciliário, dos centros de dia e dos centros de convívio, garantindo recursos

humanos adequados, principalmente acompanhamento médico, psicológico e social, com programas que combatam o isolamento e promovam a saúde física e mental.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, falar de envelhecimento é falar de civilização e bastante humanismo. A forma como tratamos os nossos idosos é um espelho do nosso caráter coletivo. O Chega não aceita que esse espelho continue a refletir um país indiferente, injusto e desumano. Chega de promessas vazias. Chega de paliativos. É tempo de políticas estruturais, corajosas e eficazes.

Nenhum de nós caminha para novo. Os idosos de amanhã somos todos nós. Nunca se esqueçam que os idosos deste País não exigem luxo, exigem respeito, dignidade e justiça. É isso que o Chega, com firmeza e sem medo, exige em nome de todos eles.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo por cumprimentar os peticionários.

Já muito foi dito. Há uma coisa que todos queremos para nós próprios e para quem conhecemos: qualidade de vida e autonomia à medida que vamos envelhecendo. A verdade é que isso não acontece hoje. A maior parte dos idosos vive em solidão e sem os apoios que deveria ter.

O Estado falhou completamente neste apoio, desresponsabilizou-se completamente e não criou uma rede de apoio aos idosos como criou noutras áreas. Esta é uma falha que nunca foi reconhecida e é por isso que proliferam os lares ilegais. Não me parece, aliás, que simplesmente legalizar lares que não têm condições para serem legais seja uma saída, mas, muitas vezes, é irónico e triste que também não se consiga fechar lares clandestinos simplesmente porque não há alternativas viáveis onde as pessoas possam ficar.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

Isso quer dizer que o Estado tem de dar outra resposta. O cuidado também não pode recair sempre nas famílias e sobretudo nas mulheres,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Isso é preconceito!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... porque sabemos que a maior parte das cuidadoras informais são mulheres. É sobre elas que recai o cuidado de quem está doente e dos idosos.

Isso quer dizer que Portugal precisa de montar uma estrutura de apoio ao envelhecimento que, sim, tenha condições de institucionalização com uma rede pública de lares, com condições de trabalho, com profissionais qualificados que possam receber remunerações de acordo com as suas qualificações.

Mas também quer dizer que é preciso reconhecer o Estatuto do Cuidador Informal e cumprir as promessas que foram feitas na sua regulação, no apoio a cuidadores informais, e encontrar respostas que muitas vezes não são a institucionalização. O apoio domiciliário é essencial. Poder haver um serviço do Estado centralizado, de autarquias, que possa ajudar à adaptação das casas dos idosos que querem e podem viver sozinhos, mas que precisam de ter as casas adaptadas, é uma medida na qual devíamos pensar.

São estas algumas das propostas que trazemos a este debate.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O JPP não bateu palmas ao BE?

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Nuncio, do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo também por cumprimentar os autores desta petição.

Apesar de vivermos numa sociedade apressada e muitas vezes esquecida do que verdadeiramente interessa, no CDS não cedemos a essa amnésia coletiva e não esquecemos de cuidar quem cuidou de nós.

Os nossos idosos são a memória viva de Portugal, são os nossos pais, são os nossos avós, para quem tem a felicidade de ainda ter avós, são tantas e tantas pessoas que nos fizeram bem, que cuidaram de nós e que nos marcaram profundamente na nossa vida. Por isso, no CDS, não esquecemos aqueles que tantas vezes deram tudo sem pedir nada em troca.

Em Portugal, existe uma falta assumida de vagas nos lares de idosos. Não sou eu que o digo, são os petionários, são os idosos, são as suas famílias, são os estudos oficiais. A oferta habitacional cobre apenas 4 % das necessidades existentes e o internamento social tem atingido níveis elevadíssimos e que têm a ver, em parte, com a falta de resposta de uma rede de cuidados continuados integrados, que é, aliás, uma causa pela qual o CDS se tem batido ao longo dos anos e se continuará a bater.

Não podemos continuar a permitir que os nossos idosos sejam abandonados nos hospitais, que vivam isolados, sem acesso a qualquer tipo de cuidados, ou que passem os últimos dias da sua vida sem qualquer tipo de dignidade.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Envelhecer com humanidade é próprio de uma sociedade civilizada que olha para os outros, que cuida dos outros, que cuida dos mais carenciados e, em particular, que cuida dos mais idosos.

Por isso, o CDS vem a este debate apresentando um projeto de resolução que vai muito para além do alargamento da rede pública de lares. O que pretendemos é criar uma rede de cuidados que não deixe nenhum idoso para trás. Nessa rede de cuidados têm de estar, em primeiro lugar, os cuidados domiciliários, depois os cuidados continuados, o alargamento das residências colaborativas de idosos e também, evidentemente, o alargamento da rede de lares, a valorização dos cuidadores informais e novas parcerias com o setor privado e social para alargar a oferta de serviços aos nossos idosos.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, os idosos não são um peso morto, os idosos são um peso de ouro. E nós, como sociedade, temos de cuidar e tratar bem deles, tratar com toda a dignidade até ao último dia das suas vidas.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Patrícia Faro, do Partido Socialista.

A Sr.^a **Patrícia Faro** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento as Sr.^{as} e os Srs. Deputados e, obviamente, dirijo uma saudação especial aos petionários, na pessoa da primeira subscritora, a Sr.^a D. Maria Isabel dos Santos Gomes.

De facto, esta petição coloca a tónica numa problemática emergente que também nos preocupa. Vivemos, efetivamente, mais tempo, mas é preciso envelhecer bem e com dignidade. E, num país em que o envelhecimento demográfico tem vindo a acentuar-se, a atuação neste campo tem de configurar uma prioridade, tendo como meta uma sociedade mais solidária e mais inclusiva.

Precisamente hoje, o dia em que também analisamos diversas iniciativas e resoluções, faz todo o sentido lembrar a importância do contributo de todos para atingir este objetivo — de todos e não só do setor público.

Portanto, torna-se claro que para o Partido Socialista a questão não está em quem presta esse serviço, mas na urgência e necessidade de vagas, de respostas adequadas às necessidades dos nossos seniores e de respostas que possam passar pelo alargamento, pela inovação de serviços já pré-existent, como o serviço de apoio domiciliário e a habitação colaborativa, mantendo, sempre que possível, as pessoas na sua habitação ou integrando-as numa estrutura residencial, se for essa a sua vontade ou a sua condição assim o exija.

Reiteramos: a necessidade é de aumentar vagas, seja da rede pública, seja do setor social solidário, ou do setor privado. O importante é que estas vagas e estas respostas comportem três dimensões essenciais, como

a prestação de serviços de qualidade, que eles sejam acessíveis e com uma cobertura equitativa de todo o território nacional, minimizando situações de exclusão social.

Por isso, o projeto de resolução que o Partido Socialista traz a debate apresenta factos de uma forma clara e mostra que sempre demos prioridade à oferta de respostas sociais, em particular à pessoa idosa,...

Aplausos do PS.

... nomeadamente na integração desta área no PRR (Plano de Recuperação e Resiliência).

No entanto, o último relatório da Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR refere, entre muitos outros constrangimentos, o atraso de pagamento por parte de entidades do Estado, o que tem vindo a provocar necessidade e endividamento das entidades do setor social, mormente do setor social, ou até mesmo o término de alguns projetos. E são muitos os beneficiários com atrasos irremediáveis.

Portanto, é necessário que o Estado acelere a execução dos investimentos do PRR, em especial dos equipamentos para pessoas idosas, assegurando o cumprimento das metas estabelecidas.

O Partido Socialista colocou sempre este desafio no centro da sua atuação, defendendo e pondo em prática soluções que reforçam a autonomia, o acompanhamento e a segurança das pessoas idosas. Por isso, seremos vigilantes, exigentes e não desistiremos de atingir esse objetivo.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Leonor Cipriano, do PSD.

A Sr.^a **Leonor Cipriano** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caros Signatários: Estamos perante uma petição da iniciativa da INTER Reformados Nacional CGTP-IN e MURPI – Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos, que se refere à temática da rede pública de lares e à necessidade de promover diversos domínios, como o da valorização da reforma.

O Grupo Parlamentar do PSD valoriza muito a iniciativa dos cidadãos que se dirigem a esta Assembleia da República com petições sobre as quais nos debruçamos para tomarmos as melhores decisões em prol de todos, nomeadamente dos nossos idosos.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, tal como foi visível no programa eleitoral e é visível no Programa do Governo, é atribuída uma marca importante aos temas relacionados com a melhoria da qualidade de vida e os direitos dos nossos idosos. É sabido que o nosso programa eleitoral e o Programa do Governo conferem prioridade à melhoria das condições de vida da população mais envelhecida.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Leonor Cipriano** (PSD): — Em apenas um ano de governação, concretizámos medidas significativas como o complemento solidário para idosos, que foi aumentado logo nos primeiros dias de governação de 550 € para 600 €, sendo que no início de janeiro de 2025 passou para 630 € e continuará a subir até atingir os 670 € em 2029.

Aplausos do PSD.

Subiram as pensões, criámos o acesso gratuito a medicamentos mediante a apresentação de receita médica e atualizámos o Estatuto do Cuidador Informal, reforçando o apoio a quem cuida diariamente dos mais dependentes.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o papel das instituições particulares de solidariedade social, das associações mutualistas e das misericórdias revela-se absolutamente essencial. Estas entidades são verdadeiras guardiãs da dignidade, do bem-estar e da inclusão social dos nossos idosos. Com um trabalho feito de proximidade, dedicação e humanidade, estas instituições não prestam apenas cuidados, elas criam laços, constroem confiança e asseguram que os idosos continuam a ter um lugar ativo e respeitado na sociedade.

Por isso, ainda em 2024, o Governo reforçou o apoio financeiro às respostas sociais asseguradas por estas instituições. Em março deste ano celebrou um novo compromisso de cooperação para o biénio 2025-2026 já baseado em novos parâmetros de financiamento que permitem assegurar a sustentabilidade das mesmas. Está também em curso o programa PROCOOP (Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais), que permite às instituições candidatarem-se ao alargamento dos acordos de cooperação.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, não nos movem barreiras ideológicas. Reconhecemos as limitações atuais e, por isso, trabalhamos com o setor público, privado e social para garantir as respostas necessárias.

Sr.^{as} e Srs. Deputados...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para a última intervenção neste ponto, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados...

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, peço silêncio, por favor. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Obrigado, Sr. Presidente.

Portugal envelhece, as populações das nossas regiões autónomas envelhecem e a resposta que o Estado tem para com estes nossos idosos tem sido demasiadas vezes entregue à boa vontade das IPSS (instituição particular de solidariedade social) e ao setor privado, criando desigualdades no acesso e comprometendo a dignidade na velhice.

É urgente reconhecer que o cuidado aos nossos idosos não pode depender da sorte e do local onde vivem. Cuidar dos nossos idosos é cuidar do futuro que todos queremos para todos. Uma rede pública de lares verdadeiramente pública, acessível e com padrões de qualidade garantidos é uma exigência de justiça e de coesão territorial. É tempo de Portugal, incluindo as ilhas, assumir esse compromisso com seriedade e com visão.

Por isso, cumprimentando os subscritores desta petição, irei apoiar a presente petição, bem como as restantes iniciativas apresentadas pelos diferentes grupos parlamentares.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Posto isto, passamos ao terceiro ponto da nossa ordem de trabalhos, do qual consta a discussão da Petição n.º 91/XVI/1.^a (FIEQUIMETAL – Federação Intersindical das Indústrias Metalúrgicas, Químicas, Elétricas, Farmacêutica, Celulose, Papel, Gráfica, Imprensa, Energia e Minas) — Profissões de desgaste rápido, conjuntamente, na generalidade, com o Projeto de Lei n.º 52/XVII/1.^a (IL) — Cria a definição e critérios de acesso à profissão de desgaste rápido, e os Projetos de Resolução n.ºs 90/XVII/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que proceda à criação de um grupo de trabalho para a alteração do enquadramento legal das profissões de desgaste rápido, que defina critérios para a atribuição desta qualificação e identifique um elenco exemplificativo de tais profissões, 91/XVII/1.^a (PAN) — Pela melhoria e atualização da legislação sobre doenças profissionais, 93/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que promova um levantamento sobre as profissões que devem ser consideradas de desgaste rápido, para que se proceda à alteração do respetivo regime jurídico, 101/XVII/1.^a (BE) — Pelo reconhecimento das profissões de desgaste rápido e garantia de uma maior proteção social e laboral e 108/XVII/1.^a (PCP) — Recomenda ao Governo que proceda à definição e regulamentação de um regime laboral e de aposentação específico para os trabalhadores do setor da indústria.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Cordeiro, da Iniciativa Liberal.

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo por saudar a primeira peticionante, assim como os mais de 13 000 subscritores desta petição e, sobre o tema que nos trazem, quero dizer que podem sempre contar com a Iniciativa Liberal para defender o que é justo. Consideramos que é da maior justiça que seja reconhecido o desgaste rápido em relação a muitos trabalhadores. Precisamos dessa discussão urgentemente, mas precisamos de muito mais do que uma resposta.

Entretanto, foi criado um grupo de trabalho para estudar este tema, mas já estamos a aguardar há demasiado tempo as conclusões, que não chegam e que nos parece que não vão chegar.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, pontualmente discutimos aqui, no Parlamento, se determinada profissão será, ou não, meritória do estatuto de desgaste rápido. Para a Iniciativa Liberal a resposta é clara, como, aliás, sempre foi. O foco não deve estar na profissão, mas, sim, no trabalhador. O foco deve ser o trabalhador e as condições em que exerce as suas funções.

Por isso, Srs. Deputados, a Iniciativa Liberal lança um desafio. Assumamos este tema, ouçamos as entidades necessárias, cheguemos a uma definição objetiva e deixemos de discutir estas reivindicações profissão a profissão, petição a petição. Esta questão tem servido demasiadas vezes como arma de arremesso político, sobretudo por quem prefere manter os trabalhadores reféns da luta e não protagonistas da solução. A legislação laboral precisa de ser refundada e adequada às necessidades dos tempos. Não podemos continuar a falhar em políticas laborais, nem aos trabalhadores nem aos empregadores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, num mundo laboral cada vez mais diversificado, dentro da mesma profissão existem muitos trabalhadores diferenciados com funções que não são iguais. Dificilmente encontraremos dois trabalhadores iguais na mesma profissão, ainda para mais quando as condições são extremas.

Hoje trazemos uma proposta concreta, uma solução há muito solicitada desde a saúde à indústria. Propomos critérios como por exemplo: variações de pressão atmosférica; exposição a temperaturas extremas; risco elevado de lesão incapacitante ou morte; trabalho por turnos.

Assumimos que a nossa proposta pode ser bastante melhorada. Mas o mais importante para nós é lançar a primeira pedra nesta discussão e construir a partir daí. Ficar à espera de consensos de um grupo de trabalho é fácil, muito fácil, mas a Iniciativa Liberal tem energia para fazer mais e melhor pelos trabalhadores. É para isso que convocamos todos os Srs. Deputados.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Vice-Presidente, Srs. Deputados: Começo por saudar os milhares de trabalhadores da indústria que hoje nos trazem a debate a mais do que justa necessidade de rever a legislação sobre as doenças profissionais e o alargamento do leque das profissões de desgaste rápido, algo que já trabalhámos na Legislatura anterior, mas que infelizmente ficou pelo caminho. Entendemos que deve ser feita uma revisão de forma transversal, porque a lista de doenças profissionais em Portugal não sofre qualquer alteração há já 18 anos.

É, pois, necessário que seja criado um grupo de trabalho que estabeleça critérios para que uma profissão seja qualificada como de desgaste rápido, dando direito a reforma antecipada. Só assim poderemos dar uma resposta com justiça, proporcionalidade e rigor técnico não só aos trabalhadores da indústria, mas também a outros profissionais, como os professores, os médicos, os enfermeiros, os trabalhadores por turnos, os carteiros ou até mesmo os tripulantes de cabine.

Entendemos que a legislação sobre as doenças profissionais tem de ser atualizada necessariamente e melhorada. Se é verdade que demos passos importantes para reforçar a segurança e a saúde no trabalho e para lidar com doenças profissionais, não é menos verdade que as inovações tecnológicas, as alterações climáticas, os riscos para a saúde pública e as novas dinâmicas sociais trouxeram outros desafios a que a legislação não consegue responder.

Não é aceitável que doenças causadas por agentes biológicos como a covid-19 estejam de fora desta lista, deixando os profissionais de saúde desprotegidos, tal como o tratamento que é dado à saúde mental, que neste âmbito continua a ser rudimentar.

Estas são, portanto, injustiças que o PAN pretende corrigir, sendo que não aceitamos que processos de certificação das doenças profissionais tenham de ser um suplício para quem trabalha. Por isso mesmo propomos que sejam simplificados os procedimentos, que se reduza a burocracia inerente aos mesmos, que os tempos de espera sejam diminuídos e que haja uma melhor articulação entre as entidades envolvidas.

Consideramos fundamental mais e melhor monitorização de medidas de prevenção a nível das doenças profissionais e a nível dos trabalhadores sujeitos ao regime de trabalho por turnos, trabalho noturno e em laboração contínua, para que a lei deixe de ser letra morta.

Se há justiça social, esta tem de passar pela revisão destas dimensões, algo a que o PAN se propõe.

Esperamos, na especialidade, poder dar resposta ao ensejo destes peticionantes e dos demais trabalhadores.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado André Ventura, do Chega.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este é um tema que tem, para o Chega, particular interesse e reconhecimento.

O Chega começa por saudar todos os que hoje se encontram nestas galerias e também os que através de meios mais remotos acompanham este Parlamento, dizendo o óbvio: nos últimos seis anos, consecutivamente, o Chega foi o partido que factual e objetivamente mais apresentou nesta Casa medidas no âmbito do Orçamento e fora dele para que as profissões que aqui hoje pedem reconhecimento — seja da indústria metalúrgica, da celulose, de outras indústrias, bombeiros, polícias, mineiros, etc. — recebam o reconhecimento que lhes é devido. Por isso, entramos neste debate com o reconhecimento de uma certeza: a de que fomos nós os que mais fizemos por vocês e mais continuaremos a fazer nos próximos anos.

Aplausos do CH.

Não podemos deixar passar este debate da responsabilidade...

Protestos da Deputada do PSD Carla Barros.

Não, Sr.^a Deputada. É mesmo! O PSD teve um ano e dois meses para governar e fez zero.

Aplausos do CH.

Fez zero pelas profissões de desgaste rápido. Zero, zero!

Protestos de Deputados do PSD.

Aguardemos pelo próximo Orçamento para ver se o PSD perde a vergonha.
Por falar em vergonha...

Protestos de Deputados do PSD.

Acalmem-se! Fiquem calmos, que não vale a pena enervarem-se.

Como dizia, por falar em vergonha, vergonha é ouvir a esquerda falar daquilo que é preciso fazer. Ó meus senhores, tiveram oito anos — repito, oito anos! —, oito Orçamentos...

Aplausos do CH.

... em que o PCP, o Bloco, o PAN, o Livre andaram a levar o PS às costas, mas não fizeram nada por estes homens e por estas mulheres.

Aplausos do CH.

Nada, zero! E agora vêm aqui falar da covid-19, das doenças da saúde mental, do desgaste rápido. O único desgaste que há neste Parlamento é a vossa inépcia ao longo dos últimos anos.

Aplausos do CH.

É o único desgaste que há no Parlamento. O único desgaste que há no Parlamento!
Sr. Presidente, permita-me que fuja ligeiramente ao tema que aqui estamos hoje a discutir.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Ah!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Desde que não seja demasiado, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não será demasiado, Sr. Presidente. Não será.

Protestos do PSD e contraprotestos do CH.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Vem cá para a frente, Rui! Vem para a primeira fila!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, Sr. Deputado Filipe Melo, por favor.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — E o Rui Tavares?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — O Rui Tavares o quê?

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, façam favor de deixar falar o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, não será fugir muito ao tema. Não o faria por respeito a si e por respeito a esta Casa. É até com grande honra que, sendo o Sr. Presidente a presidir hoje a esta sessão, eu possa referir-me a este tema, para dizer o seguinte: faleceu hoje um futebolista.

Burburinho na Sala.

Tenham um bocadinho de respeito. Um bocadinho, só.

Dizia eu que faleceu hoje um futebolista que a todos nós certamente e aos amantes de futebol — que, estou em crer, serão muitos nesta Casa — dizia muito. A mim, enquanto amante do futebol, dizia e estou certo de que dizia a todos. O Diogo Jota e o irmão faleceram hoje e isso é uma tragédia para Portugal e é uma dor enorme para todos os que o acompanham e sabem quem é.

Mas falando de desgaste rápido, Sr. Presidente, não podia deixar de referir, nesta Assembleia da República, que ontem um polícia se suicidou na margem sul e esta madrugada um outro polícia tentou suicidar-se no norte do País, sendo que a esta hora está ainda no Hospital de São João em situação muito, muito dramática.

Tenho maior respeito — e as palavras do Chega foram claras à primeira hora — pela dor resultante da perda do futebolista e do seu irmão. Mas não aceito que um país só consiga olhar para estas mortes e não veja que todas as semanas morrem polícias. E nós temos de lhes prestar...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CH, de pé.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, queria cumprimentar os peticionários que aqui trouxeram esta petição, que nos recorda um tema importante que já estaria resolvido se as bancadas da direita e o Partido Socialista assim tivessem querido no passado.

Protestos do Deputado do CH André Ventura.

Sr. Deputado André Ventura, não me faça ir ver os registos de voto do Chega quanto às propostas do Bloco de Esquerda sobre turnos e trabalho noturno.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Pode ir ver à vontade!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Há uma coisa que sabemos à partida: o trabalho noturno e o trabalho por turnos são, em si, uma condição de desgaste. Isto aplica-se aos polícias como se aplica aos seguranças, como se aplica aos enfermeiros, como se aplica a tantas e tantas profissões que estão, muitas vezes sem necessidade, em laboração contínua e que implicam ter de se trabalhar à noite, causando um desgaste agravado por isso.

Ora, reconhecer o desgaste associado aos turnos e ao trabalho noturno é um princípio para garantir mais direitos no acesso à reforma, a mais descanso e a mais tempo com a família. O Bloco tem-se batido por essas propostas. Já as trouxemos no passado à Assembleia da República e vamos voltar a trazê-las.

Depois há um conjunto de profissões que, para além do desgaste dos turnos e do trabalho noturno, têm um desgaste que resulta do objeto das mesmas. É o caso dos vidreiros, que estão expostos a altas temperaturas, é o caso de várias indústrias aqui mencionadas, da metalurgia a muitas outras indústrias na área da produção, dos transportes, entre outras.

Assim, é preciso, de uma vez por todas, que o Parlamento consiga encontrar um regime para respeitar estas profissões e estas funções e atividades de elevada penosidade, porque não é benéfico — e concordo com o que aqui foi dito — discutir profissão a profissão e atividade a atividade. É preciso encontrar um regime e é preciso encontrar um critério.

Há um grupo de trabalho — que foi constituído para este efeito há dois anos — que apresentou, em janeiro, um relatório preliminar à concertação social, tendo dito que apresentaria um novo relatório em março.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É do tempo do Partido Socialista.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sim, foi durante a governação do Partido Socialista. Mas quando foi preciso chumbar os projetos de lei para dar direitos a quem trabalha noturnamente ou por turnos, foram o PSD e o Partido Socialista que se juntaram para chumbar esses projetos.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, quero dirigir uma saudação à FIEQUIMETAL – Federação Intersindical das Indústrias Metalúrgicas, Químicas, Elétricas, Farmacêutica, Celulose, Papel, Gráfica, Imprensa, Energia e Minas pela iniciativa desta petição sobre profissões de desgaste rápido, recolocando na ordem do dia um tema da maior importância para a ordem civilizacional que se refere ao respeito pela dignidade dos trabalhadores.

Quase três séculos depois do início da Revolução Industrial, são inegáveis os gigantescos avanços científicos, técnicos, tecnológicos e organizacionais que têm proporcionado vantagens em tempo e em quantidade na produção de bens, mas também na crescente acumulação de capitais e de riqueza, que continuam distribuídos de forma profundamente injusta.

Permanece igualmente injusto o peso sobre os trabalhadores dos resultados das transformações tecnológicas e organizacionais, especialmente dos processos produtivos, traduzidos na brutal intensificação do trabalho, que maximizam os lucros, mas acarretam cada vez mais sacrifícios para quem trabalha, com um preocupante cortejo de consequências.

Não obstante os avanços em eficiência e em produtividade das máquinas, centenas de milhares de trabalhadores estão submetidos a ritmos de produção avassaladores, a redobradas exigências de atenção e de destreza no manejo de equipamentos e de processos, a regimes de laboração contínua e em trabalho noturno e por turnos que deixam mazelas irreversíveis. Lesões e doenças musculoesqueléticas, da visão, auditivas, pulmonares, oncológicas, de stresse, de ansiedade e de depressão são exemplos frequentemente apontados e que, na maior parte dos casos, se manifestam após uma a três décadas de exposição aos fatores de degradação da saúde que, a partir de certa idade, tornam insustentável o desempenho dessas atividades, empurrando os trabalhadores para situações de depressão e de incerteza inaceitáveis, sendo que quando chega à reforma o trabalhador já vai demasiado doente para a aproveitar com qualidade de vida.

Impõe-se, por isso, a regulação dos horários de trabalho e a garantia de adequados períodos de descanso, a regulamentação de medidas de prevenção e de mitigação da penosidade e do desgaste, a previsão de um regime de bonificação por tempo de serviço para efeitos da reforma, a recolocação dos trabalhadores com doença profissional e o reforço das contribuições da entidade patronal para a segurança social.

Trata-se de medidas com as quais o PCP contribui, mais uma vez — sublinho, mais uma vez —, para uma mudança que não pode tardar mais.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Dou, agora, a palavra para uma intervenção ao Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Reconhecer as profissões de desgaste rápido não é apenas uma questão de justiça laboral, é uma questão de respeito humano.

São milhares de profissionais que todos os dias enfrentam condições físicas, emocionais e psicológicas extremas. É o caso dos bombeiros, das forças de segurança, dos profissionais de saúde, dos mineiros, dos pescadores, entre tantas outras profissões.

Estes trabalhadores envelhecem mais depressa, adoecem mais cedo e muitas vezes são empurrados para a reforma quando já pouco lhes resta de saúde, a qual sacrificaram em nome de um serviço público.

Ignorar este desgaste é fechar os olhos a uma triste realidade.

É, pois, tempo de agir com coragem e bom senso, porque reconhecer o desgaste rápido é reconhecer quem nunca parou por este Portugal.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Nuncio, de CDS-PP.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo por cumprimentar os petionários e dizer que discutimos hoje uma petição que reclama justiça para as profissões de desgaste rápido, físico e psicológico.

Este é um daqueles debates em que o CDS está muito à vontade, porque foi o Grupo Parlamentar do CDS que, em março de 2020, apresentou neste Parlamento um projeto de lei, que viria a ser aprovado por unanimidade, no sentido de se criar um regime legal e um grupo de trabalho para avaliar as petições que sucessivamente foram apresentadas neste Parlamento.

O que se pretendia era exatamente isso: criar um regime legal e fazer uma avaliação por forma a termos uma lei que fosse suficientemente abrangente, mas ao mesmo tempo flexível, para atender às várias especificidades das várias profissões.

Infelizmente, o Governo do Partido Socialista de então ignorou olímpicamente a lei, como aconteceu em inúmeros casos durante os oito longos anos de governação socialista.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Só três anos depois, em janeiro de 2023, o Governo do PS que sucedeu ao anterior Governo do PS acordou para o tema e criou o tal grupo de trabalho que estava previsto na lei para apresentar as conclusões em janeiro de 2024.

Mais uma vez, como aconteceu centenas de vezes durante os oito anos de governação socialista, nem o grupo de trabalho apresentou conclusões, nem o Governo do PS fez absolutamente nada.

Felizmente que houve uma mudança de Governo e, com o Governo do PSD e do CDS, as coisas, finalmente, mudaram!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Agora vão apresentar as conclusões!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Neste momento, as conclusões desse estudo já estão a ser discutidas e analisadas na concertação social, por isso, entendemos que estará para breve a sua apresentação.

O CDS estará sempre ao lado dos profissionais que mereçam o reconhecimento deste estatuto em função do risco e da penosidade da sua profissão. Por isso, aguardaremos as conclusões finais e, com base nessas conclusões, ponderaremos iniciativas legislativas neste sentido.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Queremos saudar a iniciativa da FIEQUIMETAL, apoiada por mais de 13 000 cidadãos, que pede o reconhecimento do estatuto de profissão de desgaste rápido para quem trabalha nos setores industriais — aliás, esta preocupação é mais do que legítima e já foi várias vezes aqui debatida.

Quem está diariamente exposto a condições extremas, a tarefas repetitivas, a posturas forçadas, a horários irregulares, a trabalho por turnos, a pressão constante, enfrenta consequências inevitáveis para a sua saúde que vão desde distúrbios no sono à fadiga crónica, problemas cardiovasculares e muitas vezes também ansiedade, depressão, esgotamento e problemas de saúde mental, que continuam a ser desvalorizados apesar do seu impacto devastador na vida de cada pessoa, no seu próprio envelhecimento, como falávamos há pouco, nas famílias, na sociedade, nas nossas instituições públicas e até no nosso SNS (Serviço Nacional de Saúde).

Apesar de este tema do desgaste rápido ser cada vez mais falado e de haver cada vez mais noção do impacto que o desgaste rápido tem, a verdade é que ainda não temos uma definição legal clara do que ele é no contexto laboral nem uma lista de profissões abrangidas, sendo o reconhecimento feito caso a caso, o que gera, inevitavelmente, injustiças.

Há dois anos foi criado um grupo de trabalho para estudar o desgaste rápido e avançar com soluções legislativas justas. No entanto, ainda não conhecemos os resultados deste grupo de trabalho e, segundo o noticiado, não foi possível chegar a um consenso dentro do mesmo.

Portanto, o que dizemos é: se não há consenso dentro do grupo de trabalho, então que os dados, a informação, a reflexão que o grupo de trabalho já fez sejam públicos, para que os partidos, os sindicatos, os empregadores, a sociedade civil possam contribuir para fazer essa discussão de forma pública e transparente, para arranjarmos uma definição clara e justa de profissão de desgaste rápido de modo a garantir as condições

de compensação, seja em tempo de descanso, tempo de férias, reforma antecipada ou outras soluções que permitam garantir condições para os trabalhadores de profissões de desgaste rápido.

Portanto, o que queremos é que esse relatório, que ainda não chegou, chegue rapidamente, para podermos fazer a discussão aqui e legislar de forma justa.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Oliveira, do Partido Socialista.

O Sr. **Hugo Oliveira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quero cumprimentar todos os peticionários e os concidadãos que nos acompanham nesta sessão plenária, em particular os jovens membros da Assembleia Municipal Jovem de Espinho — é um gosto muito grande ter-vos aqui. Dirijo também uma saudação à Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal de Espinho, promotora deste projeto que tem permitido a estes jovens uma maior participação cívica e uma maior proximidade com os organismos e instituições democráticas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Oliveira** (PS): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, a petição que ora debatemos é sobre as profissões de desgaste rápido.

São várias as profissões de diferentes ramos, mas todas têm algo em comum: o trabalho por turnos. Estou convicto de que não existirá nenhuma Sr.^a Deputada nem nenhum Sr. Deputado que não esteja de acordo com o facto de que o trabalho por turnos tem impacto na vida dos trabalhadores, na sua saúde, na sua vida familiar e na sua vida social.

Esta empatia, que certamente todos sentimos, é importante na hora de produzirmos leis. Ela é o único fator quando estamos a legislar. Para além da empatia, que é importante, precisamos de dados concretos, dados técnicos e científicos. Foi isso que procurámos fazer quando o Governo do Partido Socialista, em 2023, criou um grupo de trabalho — aliás, aquilo que o Sr. Deputado André Ventura apresenta hoje é aquilo que já existe desde 2023.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não é verdade!

O Sr. **Hugo Oliveira** (PS): — Vejam bem o domínio do tema que o Sr. Deputado André Ventura tem e a importância que dá aos trabalhadores, nomeadamente aos trabalhadores por turnos.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Só um Deputado é que bateu palmas!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — É preciso falar em André Ventura para baterem palmas!

O Sr. **Hugo Oliveira** (PS): — A Sr.^a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social disse que as conclusões estariam prontas a 31 de março de 2025. Esperaremos por essas conclusões para depois, aí sim, com dados concretos, fundamentados, tomarmos uma opção, porque quando todas as profissões são de desgaste rápido, nenhuma é de desgaste rápido.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado da IL Jorge Miguel Teixeira.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção — agora parece que sim, final —, tem a palavra a Sr.^a Deputada Helga Correia, do PSD. Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Helga Correia** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quero saudar os mais de 13 000 petiçãoários que, no exercício de um direito de cidadania, vêm propor à Assembleia da República que seja atribuído o estatuto de desgaste rápido às profissões dos setores de tratamento da água, da fabricação de material elétrico e eletrónico, material aeronáutico, das indústrias automóvel, farmacêutica, metalúrgica e química, da celulose e do papel.

Gostaria de reafirmar, desde já, que o PSD valoriza todas as matérias que têm a ver com a melhoria dos direitos dos trabalhadores, das reformas e pensões. Têm sido discutidas várias iniciativas que solicitam o reconhecimento da profissão de desgaste rápido, contudo, e considerando o universo de profissões, entendemos que o reconhecimento da profissão de desgaste rápido não pode continuar a ser analisado avulso e de forma casuística.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, defendemos, neste Parlamento, a realização de um estudo para definir critérios que identifiquem profissões de desgaste rápido, bem como a sua regulamentação. Nesse sentido, foi criado pelo Governo um grupo de trabalho para estudar e definir o enquadramento legal do desgaste rápido, e não foi, como disse o Sr. Deputado Hugo Oliveira, constituído em 2023. O PS anunciou-o em 2020 e, passados três anos, isso ainda não tinha acontecido.

Aplausos do PSD.

Este estudo era para definir o enquadramento legal do desgaste rápido, identificar legislação e boas práticas internacionais que têm sido elaboradas e apresentar aos parceiros sociais o relatório intermédio.

Valorizamos o diálogo social tripartido entre trabalhadores, empregadores e Governo — aliás, ainda ontem reuniu a Comissão Permanente de Concertação Social, presidida pelo Sr. Primeiro-Ministro Luís Montenegro —; valorizamos muito o diálogo e a negociação coletiva e, portanto, esta é uma matéria que deve continuar a fazer o seu caminho também na concertação social.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, consideramos, ainda, ser necessário conhecer os modelos sociais aplicados noutros países da União Europeia, definir as características da penosidade e os riscos inerentes ao desgaste na saúde dos trabalhadores, de forma a definir um regime para profissões de desgaste rápido em que haja equidade de tratamento para todos os trabalhadores.

Considerando o aumento da esperança média de vida e os novos desafios que se colocam à nossa sociedade, deve ser ainda equacionada, como refere o relatório intermédio, a possibilidade de reconversão da atividade profissional.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, por fim, foram arrastadas um conjunto de iniciativas legislativas da Iniciativa Liberal, do PAN, do Chega, do Bloco de Esquerda e do PCP, que mais não são do que uma redundância em relação ao que está a ser feito pelo Governo.

O Grupo Parlamentar do PSD acredita que com a valorização do diálogo social e com os contributos dos parceiros sociais, depois de uma discussão técnica setorial mais aprofundada, vamos conseguir chegar ao enquadramento legal de uma matéria muito importante para os trabalhadores.

Aplausos do PSD.

Entretanto, assumiu a presidência a Vice-Presidente Teresa Morais.

A Sr.^a **Presidente**: — Inscreveu-se, entretanto, para fazer uma intervenção, o Sr. Deputado Hugo Oliveira, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Oliveira** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A Sr.^a Deputada Helga Correia falou num relatório intermédio.

Esta Assembleia não conhece esse relatório e gostaríamos de saber como é que a Sr.^a Deputada e o Grupo Parlamentar do PSD tiveram conhecimento desse relatório. Se ele existe, pedimos que o distribua a todos...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Agora, sim, passamos ao quarto ponto da nossa ordem de trabalhos, que consiste na discussão da Petição n.º 1/XVI/1.^a (Catarina Pires de Almeida Rosa e outros) — Pela preservação do património natural da península de Troia.

Discutimos, também, um conjunto de iniciativas legislativas arrastadas com essa petição: os Projetos de Resolução n.ºs 78/XVII/1.^a (L) — Recomenda a proteção e restauro dos ecossistemas dunares da península de Troia e das pradarias marinhas do estuário do Sado, 89/XVII/1.^a (PAN) — Recomenda a suspensão das dragagens no estuário do Sado até à avaliação e cumprimento das medidas previstas na Declaração de Impacte Ambiental, 96/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo a implementação de medidas para salvaguarda e valorização ecológica da península de Troia em equilíbrio com o interesse nacional, 103/XVII/1.^a (BE) — Pela preservação do património natural da península de Troia e 109/XVII/1.^a (PCP) — Em defesa da costa litoral do concelho de Grândola.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho, do Grupo Parlamentar do Livre. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caros Concidadãos nas galerias: Quero começar por agradecer às mais de 10 000 pessoas que assinaram esta petição pela preservação do património natural da península de Troia e, em especial, ao Movimento pelas Dunas Livres, que tem tido um papel central na defesa da península de Troia e na denúncia de todas as injustiças que lá têm acontecido.

Aplausos do L.

Porque é que é importante protegermos a península de Troia? Troia e o estuário do Sado são zonas de elevadíssimo valor ecológico, económico e social.

As dunas são essenciais neste ecossistema. São barreiras naturais contra a erosão costeira e albergam dezenas de espécies protegidas. As pradarias marinhas, em especial, são um *habitat* icónico da região, essenciais para a sobrevivência de várias comunidades, mas também para o sequestro de carbono. A mesma extensão de pradaria marinha consegue sequestrar 30 vezes mais carbono do que uma floresta terrestre e, por isso, são essenciais para travar as alterações climáticas.

Tudo isto está ameaçado pela expansão de empreendimentos urbanísticos e por uma exploração turística cada vez mais intensa. São os aldeamentos, os *resorts*, os *glampings*, alguns até se autodenominam «eco», ao mesmo tempo que contribuem para destruir aquela que é considerada a última linha de costa selvagem em Portugal. Privatizam as praias, os acessos, o espaço que deveria ser de todos, sem que as autoridades façam grande coisa — 80 % desta linha de costa tem acesso condicionado às praias.

Ao mesmo tempo, dificulta-se cada vez mais o acesso de quem viaja de Setúbal no *ferry*, cujos preços aumentaram mais de 350 % desde 2008. E porque não podemos baixar os braços e resignar-nos, o Livre traz hoje a discussão propostas para a proteção efetiva dos ecossistemas que ainda não foram destruídos na península de Troia, integrando esta zona na Reserva Natural do Estuário do Sado. É também fundamental definir e implementar com urgência medidas de intervenção e restauro dos ecossistemas dunares e das pradarias marinhas do Sado.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, proteger o património natural da península de Troia e travar o assalto urbanístico nesta região é um imperativo não só ambiental, mas também social e ético. É do interesse nacional, mas, sobretudo, é nossa responsabilidade, aqui no Parlamento, garantir que todos, particularmente as gerações futuras, poderão continuar a usufruir da beleza e dos benefícios deste património.

Aplausos do L.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — A Mesa saúda as peticionárias presentes nas galerias.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN. Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Cumprimento e agradeço também aos peticionários que se mobilizaram por esta iniciativa, assim como ao Movimento pelas Dunas Livres, que nos trazem hoje esta petição e permitem que se discuta um tema tão urgente e uma denúncia clara de um processo de desordenamento do território, promovido em nome de interesses urbanísticos e turísticos que, se concretizados, não só vão trazer uma perda irreversível para o património natural da faixa costeira entre Troia e Sines, mas também vão contribuir para a desertificação daquilo que é hoje uma zona de fruição da população de forma pública e, de alguma forma, sem interesses privados, que limitam inclusivamente o acesso, como de direito, às praias.

Falamos de ecossistemas frágeis, de dunas e zonas húmidas que deviam, sem dúvida, estar integrados na Reserva Natural do Estuário do Sado e protegidos também ao abrigo da Rede Natura 2000. São áreas que estão expostas, já de si, aos efeitos dramáticos das alterações climáticas e que, neste momento, também têm uma fauna diversa, onde se incluem grupos de golfinhos que não podem, de alguma forma, ser afetados, por exemplo, pelo efeito das dragagens que ali pretendem realizar.

Regressamos, infelizmente, hoje a este tema das novas dragagens do estuário do Sado, que estão previstas para 2025 e 2026, um projeto que inicialmente foi aprovado com condicionantes ambientais claras, mas que nunca foram tornadas públicas, assim como os resultados da monitorização e compensação impostas pela Declaração de Impacte Ambiental de 2017.

Ignoram-se, também, os impactos cumulativos e todos os alertas da comunidade científica e das organizações ambientalistas. Mais grave ainda é a nova proposta que estende as dragagens para zonas não abrangidas pela Declaração de Impacte Ambiental de 2017 e sem qualquer avaliação de impacto ambiental, o que levanta dúvidas sérias quanto à legalidade do procedimento e ao respeito pelo direito de informação e participação pública, ambos garantidos por convenções internacionais que vinculam Portugal.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, há limites que não podem e não devem ser ultrapassados: a construção desenfreada e as dragagens nestas zonas são um atentado ambiental e às gerações futuras.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Está inscrito, para uma intervenção, o Sr. Deputado Bernardo Pessanha, do Chega. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo por saudar os peticionários e dizer-lhes que Troia é um património natural que merece ser preservado, mas aquilo que temos visto, especialmente em termos urbanísticos, vai exatamente no sentido oposto.

Em 2005, Sócrates, que hoje começa finalmente a ser julgado por corrupção, mandou demolir as torres da Torralta. Vendeu-se o gesto como símbolo de progresso, mas foi apenas o início de uma governação feita de propaganda que destruiu a confiança no Estado e empobreceu o País.

Hoje, voltamos a Troia perante um dilema: proteger o território ou deixá-lo nas mãos dos mesmos de sempre, que continuam a fazer dele um negócio para alguns, em prejuízo de todos.

A península de Troia não é apenas uma paisagem bonita, é património nacional, é riqueza natural, é emprego e é vida para muitas famílias e empresas portuguesas, é turismo e é investimento que criou postos de trabalho e desenvolvimento numa região que sempre precisou dele.

Mas falar de riqueza para a maior parte dos partidos aqui representados é complicado: uns porque não a sabem criar, outros porque vale tudo para a criar e outros, ainda, porque conseguem sempre fazer desaparecer qualquer riqueza que possa existir.

Aplausos do CH.

Comecemos pelo Bloco de Esquerda, pelo PAN e pelo Livre. Surgem sempre com discursos de proibição e suspensão, mas ignoram por completo quem investiu e quem depende daquela economia local. Limitam-se às habituais bacoquices ideológicas, sem qualquer visão concreta.

Depois temos o PS, o PSD e a IL. Estes preferem o silêncio, calados talvez por conveniência, talvez por vergonha.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Já falamos!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Por fim, o PCP, que ainda está à frente da Câmara Municipal de Grândola, vem agora com indignações forçadas, pedindo suspensões e revisões, como se nada tivesse a ver com o que está a acontecer, mas foi precisamente essa câmara que, na semana passada, foi alvo de buscas por suspeitas de corrupção urbanística.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Dizem que são contra o betão, mas são o partido com mais património imobiliário do País.

Aplausos do CH.

Sempre fizeram negócio com a terra alheia. Roubaram o Alentejo durante décadas e atraíram os alentejanos.

Aplausos do CH.

Felizmente, os dias dessa farsa estão a chegar ao fim.

O Chega defende, sim, a integração na reserva natural das zonas que merecem ser protegidas, mas com regras claras, com usos condicionados, com fiscalização séria. Defendemos quem investiu. Defendemos o direito das famílias a viverem do turismo. Defendemos desenvolvimento com critério, com ordem e com respeito pelo território e pelo ambiente. Queremos garantir que todos os portugueses tenham acesso ao património natural, ao contrário da «esquerda-caviar», que gosta de manter os seus privilégios.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, os verdadeiros ecologistas são os conservadores. Ser conservador não é licenciar tudo sem critério.

Aplausos do CH.

Mas também não é transformar Portugal num museu da miséria para agradar a ideologias extremistas, elites urbanas ou interesses estrangeiros. Ser conservador é ter coragem para impor ordem, planear e proteger, para garantir que Portugal continua nosso, belo, produtivo, soberano e livre.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda, para uma intervenção.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Há uma ginástica que é difícil de fazer, que é defender quem investiu e, ao mesmo tempo, defender o alargamento da reserva natural, que vai prejudicar quem investiu.

Vozes do L: — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas o Chega consegue sempre esta maravilhosa posição de dizer tudo e o seu contrário, de agradar a uns e agradar a outros. E, no fim, não faz nada, porque sabemos quem é que defendem: são os interesses imobiliários.

Aplausos do Deputado do L Paulo Muacho.

Protestos do CH.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Eles têm de se habituar a ouvir!

Continuação dos protestos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eu sei que é duro ver!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — É duro ouvir!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Não tarda acaba o tempo!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Srs. Deputados, vamos deixar continuar o debate, se faz favor.

Continuação dos protestos do CH.

Srs. Deputados, a Câmara acabou de ouvir algumas declarações contundentes de um Deputado da vossa bancada e ouviu em silêncio.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas não deve qualificar!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — É assim, é a democracia.

Aplausos do PSD, do L e de Deputados do PS.

Continuação dos protestos do CH.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não é «vossa», é a do Chega, que é o segundo maior partido do Parlamento!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Srs. Deputados, se não estamos a poder continuar por alguma coisa que eu tenha dito, a bancada só tem de fazer um protesto.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Eu faço! Eu faço!

Protestos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ó Sr.^a Presidente, compreendo que não goste do Chega e está no seu direito de não gostar do Chega.

Protestos do L.

Agora, não podemos é ter um Presidente da Assembleia da República que diz que nos temos de dirigir aos outros como «Sr. Deputado» e «Sr.^a Deputada», e depois a Sr.^a Deputada vem aqui e diz «a vossa bancada». Não é sua, nem vossa, nem de ninguém. É dos portugueses! Não é sua, nem vossa! É dos portugueses!

Aplausos do CH.

Por isso, se a Sr.^a Presidente quiser entrar nessa linguagem, passa a ser «a nossa» também, passa a ser «a nossa» ou «a vossa».

Aqui, há uma coisa que estes 60 Deputados lhe exigem, olhos nos olhos: respeito!

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado André Ventura, não vou discutir aqui estados de alma sobre quem gosta de quem, porque isso não é matéria para debate no Plenário; é uma convicção do Sr. Deputado que não corresponde à realidade. É livre de a ter, mas não vou discutir essa questão.

Vou discutir a questão de saber se a expressão «vossa» é, em algum momento, em alguma circunstância, um insulto.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Foi a Presidente que disse!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Não me parece que seja, Sr. Deputado, não me parece.

Aplausos do PSD e de Deputados do PS.

Protestos do CH.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Eu bem digo que é o Augusto Santos Silva de saias!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Quando a bancada do Chega usa, como usou anteriormente, uma expressão que é «andaram a roubar durante não sei quantos anos»...

Protestos do CH.

Vozes do CH: — E andaram a roubar!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado André Ventura, a Mesa, tal como tem entendido dentro da latitude de expressão dos Srs. Deputados, não fez nenhum reparo.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Mas devia ter feito!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Portanto, não sei honestamente de que é que o Sr. Deputado protesta.

Aplausos do PSD e de Deputados do PS.

Vozes do CH: — Alguns eram presidentes da câmara e estão aí sentados!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Vamos prosseguir o debate, Sr.^{as} e Srs. Deputados. Sr.^a Deputada Joana Mortágua, faça o favor de continuar.

Vozes do CH: — A Joana, onde está?!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Muito obrigada a V. Ex.^a, Sr.^a Presidente.

Risos do CH.

O que se passou na Costa Alentejana e, em particular, em Troia é um crime: construção em área protegida, acesso interdito às praias, quer pela própria construção, quer pelo preço do *ferry* para chegar até Troia, que impede as pessoas de Setúbal de poderem chegar até Troia.

Este é um assunto que importa aos habitantes de Setúbal. Sei que não importa à bancada do Chega, que não quer ouvir, mas importa aos peticionários que estão ali sentados nas galerias e que merecem algum respeito desta Câmara.

Protestos do CH.

Portanto, Srs. Deputados, se não me respeitam a mim, respeitem os peticionários que estão ali sentados e que trouxeram um tema à Assembleia da República. E, quando forem fazer campanha para Setúbal, digam olhos nos olhos às pessoas que, na Assembleia da República, se estão a marimbar para os temas que interessam às pessoas e que só querem fazer o vosso barulho.

Protestos do CH.

Vozes do CH: — A tua irmã, onde é que está?!

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Respeitem os outros!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Nem a tua irmã entrou!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr.^a Presidente, a contagem do meu tempo tem de parar.

Protestos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Pois tem. Agradeço aos serviços que suspendam a contagem do tempo, se faz favor, até termos condições para continuar.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sou só uma e meto tanto medo?! Fogo!

Aplausos do L e de Deputados do PS.

Protestos do CH.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — A técnica é não deixar a Mariana falar!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Podemos continuar?

Pausa.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Muito obrigada, Sr.^a Presidente.

É o acesso restrito às praias, são os campos de golfe em zonas de seca, são as piscinas individuais por *resort*, por casa, por aldeamento, em tempo de seca, e tudo isto embrulhado num modelo económico errado, de predação territorial, de salários baixos, de dependência do turismo, de especulação imobiliária. E foi tudo acontecendo com a cumplicidade da autarquia de Grândola, da CCDR (comissão de coordenação e

desenvolvimento regional), neste caso, e do Governo, com o PIN (potencial interesse nacional) de visto *gold* aprovado ao longo de sucessivos Governos do PS, do PSD e do CDS.

É preciso travar este processo, salvar a última área natural que ainda nos resta, e isso passa por outras coisas, mas também por alargar a área de reserva natural a estes *resorts* e a estes territórios em Troia.

Aplausos do L.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Cumprimento os subscritores desta petição.

A costa litoral, em particular no litoral alentejano, tem sido altamente cobiçada pelos grupos económicos e fundos imobiliários, e tem sido objeto de pressões para a instalação de empreendimentos turísticos que suscitam inúmeras preocupações com a preservação ambiental, o ordenamento do território e a sustentabilidade do desenvolvimento.

Apesar de estar sob a alçada da administração central, foi ao longo de todos estes anos a intervenção do município de Grândola que permitiu, de facto, a preservação destas áreas.

Risos e protestos do CH, da IL e do CDS-PP.

Mas, mais do que isso, é o município de Grândola que tem intervindo na redução da construção e do número de camas turísticas nas freguesias do litoral, com alterações introduzidas no PDM (plano diretor municipal).

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Alteraram o PDM de propósito!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Foi também a persistência do município que obrigou a APA (Agência Portuguesa do Ambiente), há dias, a fazer o que lhe compete, que é fiscalizar e defender os direitos da população no acesso às praias de Grândola.

Permitam-me que refira aqui também um aspeto: estamos muito tranquilos relativamente à investigação que está em curso. Houve total colaboração por parte do município com a PJ (Polícia Judiciária) e com o Ministério Público. Já agora, fiquem a saber que a investigação incide sobre um escritório de advogados contratado, na altura, pelo Partido Socialista,...

Risos do CH, da IL e do CDS-PP.

Vozes do CH: — Traidores!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... contrato esse que foi agora rescindido pela CDU (Coligação Democrática Unitária).

Fica aqui claro; vieram aqui derramar lágrimas de crocodilo...

Vozes do CH: — Agora já não batem palmas?!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Vieram aqui derramar lágrimas de crocodilo, mas aquilo que deixaram bem claro é que a vossa posição é com os interesses dos grupos económicos,...

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

... em particular o Chega, e dos fundos imobiliários, que estão a prejudicar a população e que estão a impedir o acesso das populações às praias, que é um direito por parte das populações.

Aliás, muitos destes empreendimentos são projetos com potencial interesse nacional: os conhecidos PIN, da paternidade do Partido Socialista,...

Risos do CH e do CDS-PP.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Então, André, já não bates palmas?!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... que o PSD e o CDS mantêm. Mas a verdade é que toda a direita, o PSD, o CDS, a Iniciativa Liberal e o Chega, assim como o PS, impediram a revogação deste diploma.

Essa é a vossa responsabilidade, porque isso teria permitido, de facto, um melhor ordenamento do território, uma vez que é este regime que facilita a especulação e a ocupação de solos protegidos, adquiridos a custos baixos, que estão muitas vezes incluídos em áreas protegidas, desrespeitando-se os instrumentos de gestão territorial em vigor. Foram cúmplices e são coniventes com tudo isto que está a acontecer.

Não fora o município de Grândola, de facto, a intervir para travar o crescimento do número de camas, a situação estaria bem pior.

Por isso, trazemos hoje — e vamos ver qual vai ser a posição que vão assumir — medidas claras para fiscalizar, para reduzir os empreendimentos turísticos e para pôr fim a este regime que, de facto, é prejudicial para o território e não permite a preservação da biodiversidade...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PCP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Jorge Teixeira, do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo por cumprimentar as Sr.^{as} e os Srs. Peticionários aqui presentes e lembrar que estamos aqui porque o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas), a CCDR e a câmara municipal não se entendem. Vemos o ICNF a alertar para riscos ambientais e vemos uma câmara municipal — do PCP, sim — e a CCDR entendidas em como é para avançar com tudo.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — É mentira!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é mentira, não!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Como não temos nenhuma decisão conjunta, não temos credibilidade nas instituições, não temos qualquer articulação, acabamos numa especulação, sim, mas é na especulação desta Assembleia, que não está qualificada para deliberar sobre valores ambientais.

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — É importante salientar que isto se prende com um problema que é transversal a todo o País, que é a falta de confiança nas instituições. Se é verdade que a sustentabilidade não se faz à medida dos investidores, também é verdade que, quando há regras claras, quando há respeito pelo território, todos ganham: ganham os investidores, ganham os cidadãos, ganha a natureza. Mas quando as autoridades competentes e os órgãos regionais e locais não se entendem, quando não se articulam, quando se estão sempre a contradizer, acabamos a tentar fazer aqui — e não o devíamos estar a fazer — aquele que devia ser o seu trabalho.

Antes de tentar fazer o trabalho dessas instituições, esta Assembleia devia dedicar-se, sim, a reformá-las. Noutro debate que ainda vamos ter no dia de hoje, a Iniciativa Liberal trouxe propostas a esse propósito. Senão, vamos continuar sempre, caso após caso, não só nas dunas de Troia, a trazer discussões para aqui

que não devíamos estar a ter. Esse, sim, é um ecossistema de desconfiança que não podemos perpetuar a toda a hora.

Não deixo de registar, de facto, o entusiasmo inusitado do PCP com este tema. Não é a primeira vez que o discutimos nesta Assembleia, no entanto, a câmara municipal é do PCP há anos,...

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Há 12 anos!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — ... sempre avançou com tudo e, ano após ano, vem o PCP a fazer de conta que isto não é nada com ele.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — É mentira!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Ora, isto não pode deixar de ficar registado, Sr.^a Deputada. De facto, o PCP não tem qualquer credibilidade para estar a falar neste tema.

Aplausos da IL.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado João Almeida, do Grupo Parlamentar do CDS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Este debate teve momentos que, de facto, não prestigiam a nossa função enquanto Deputados, principalmente quando estamos a analisar uma petição de cidadãos que se dirigem a nós para tratarmos de uma matéria concreta.

E o que acho que, em primeiro lugar, devemos dizer — e o Sr. Deputado Jorge Teixeira ainda agora o dizia —, com frontalidade, a quem dirige uma petição a este Parlamento é que algumas das questões que são colocadas não são, manifestamente, da competência de um Parlamento. E um Parlamento não pode dar resposta sobre a adequação ou não de determinado empreendimento em concreto, de determinada restrição em concreto e, pior ainda, sobre o cumprimento ou não de condicionantes que foram determinadas. Agora, pode e deve dar atenção a esta matéria e não andar aqui a fazer... Ó Sr.^a Deputada Paula Santos, juro que não é uma fixação minha, mas a Sr.^a Deputada começa a insistir em intervenções de um desfasamento tal da realidade, que depois nós não podemos deixar de lhe chamar a atenção.

Aplausos de Deputados do PSD.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — É a verdade que os senhores querem ocultar!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A Sr.^a Deputada acha mesmo que alguém neste País acredita que o que se passa aqui, o que estamos a analisar, só não é mais grave e pior porque a Câmara de Grândola, do PCP, interveio e impediu que assim fosse?

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Tal e qual!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — De facto, se não fosse a Câmara de Grândola, liderada pelo PCP, olhe, a primeira coisa é que não havia nenhum destes empreendimentos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Havia, havia!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso lhe garanto. Se a Câmara de Grândola quisesse que nenhum destes empreendimentos existisse, conseguia. Acontece que não quer, e eu até lhe vou dizer uma coisa: o problema não está em autorizar o desenvolvimento económico. O problema está em que o PCP, quando tem responsabilidade, autoriza esse desenvolvimento económico, mas depois tem vergonha, depois

vem mentir e embrulha-se, com falta de transparência. Depois, quando chega ao problema, diz: «Não, não, isso é tudo culpa do PS!»

E o PS fez papel de idiota útil: primeiro, estava a defender o PCP; quando o PCP foi criticado, viraram-se para este lado a defender o PCP; e a seguir acabaram a levar com toda a responsabilidade na intervenção da Sr.^a Deputada Paula Santos.

Só lhes digo uma coisa, ao Partido Socialista: não merecem menos.

Aplausos de Deputados do PSD.

Risos do CH.

Entretanto, reassumiu a presidência o Vice-Presidente Diogo Pacheco de Amorim.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado André Pinotes Batista, do Partido Socialista. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento na sua pessoa todos os Srs. Deputados e quero começar por deixar uma saudação a todos os peticionários e também um pedido de desculpa. Aquilo a que aqui assistiram, da bancada do partido Chega, é de quem não respeita o trabalho cívico, de quem não respeita o trabalho que vocês fizeram e de quem literalmente não quer saber do tema que vocês aqui trouxeram.

Aplausos do PS e do BE.

Protestos do CH.

Mas o Partido Socialista quer saber da preservação do património natural da península de Troia. E tenho de fazer um primeiro sublinhado: esta Casa tem, antes de mais, de se dar ao respeito.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Isso é verdade!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Quando nós queremos discutir quatro temas num só tema — ou seis temas, ou oito temas —, acabamos a não dar seriedade a nenhum deles. E aquilo que vos trouxe aqui, que está bem referenciado com 15 referências bibliográficas — coisa que este grupo parlamentar não teve o cuidado de fazer —, sustentado em saber, merece uma distinção relativamente ao que é pressão imobiliária. E sobre essa matéria nós acompanhamos as preocupações que aqui expressaram e temos feito o nosso papel para que isso seja estancado.

Sr.^a Deputada Paula Santos, deixe-me dizer-lhe o seguinte: caiu na armadilha do Chega, mas, não contente, embrulhou-se nela. Perguntaram-lhe por uma investigação na Câmara Municipal de Grândola, pela ação do Ministério Público, e disse aqui que durante 12 anos a CDU não teve responsabilidade nenhuma. Ora, numa câmara em que durante 12 anos não temos responsabilidade nenhuma, em princípio é porque não estamos lá a fazer nada.

De qualquer das maneiras, queria dizer o seguinte: o acesso às praias é outra dimensão que também aqui foi misturada. E o acesso às praias já tem uma fiscalização maior, é uma coisa que tem de ser salvaguardada, mas há uma dimensão mais relevante, que tem a ver com as dragagens. E sobre as dragagens foram aqui ditas coisas inacreditáveis, ao arrepio de tudo o que é conhecimento científico. Diz o partido Chega o seguinte: «A par disto, a península de Troia carrega ainda o legado recente das dragagens do Sado, promovidas em nome de um suposto interesse portuário que, em muitos aspetos, se revelou mal planeado, mal monitorizado e mal compensado.»

Sr. Deputado Pessanha,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bernardo Pessanha!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — ... deixe-me dizer-lhe o seguinte: no ano a seguir a estas dragagens, o que aconteceu foi que houve a maior quantidade de pesca de sempre. A população de roazes-corvineiros cresceu.

Os Srs. Deputados apresentam-se aqui sem nenhum tipo de vergonha. Por um lado, dizem que são contra o investimento, mas, ao mesmo tempo, convidam o investimento; por um lado, estão preocupados com o ambiente, mas falam de José Sócrates, do PCP, do PS, de tudo menos de Troia.

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — É por isso que apresentaram uma iniciativa!...

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — O Sr. Deputado, o que quis, foi criar ruído, porque não respeita Troia nem respeita as suas belezas.

Mas deixe-me só dizer-lhe o seguinte, Sr. Deputado: é muito importante perceber que quem se preocupa genuinamente com Troia, com esta península, trata os temas primeiro com rigor científico. Existem ali centros de investigação científica, existem ali bases da Marinha, existem ali empresas, e o que é preciso é conciliar.

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Qual é a vossa proposta?

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — E o PAN aqui erra, e erra como VV. Ex.^{as}, porque VV. Ex.^{as} são populistas e demagogos.

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Qual é a vossa proposta?

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Mas também há um populismo ambiental do PAN, que vem aqui pedir uma avaliação de impacte ambiental nas dragagens de manutenção, e as dragagens de manutenção não necessitam disso.

A preocupação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista é defender Troia, com respeito por esta gente, com rigor científico e tendo sempre a mesma palavra. Nós não usamos Troia para fazer barulho e não usamos Troia para populismos verdes. Podem contar connosco para defender aquilo que realmente importa.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado Pedro Pinto, está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É para uma interpelação à Mesa, Presidente.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Peço desculpa, Sr. Presidente, e peço também aos serviços, porque não encontro na agenda parlamentar de hoje a proposta do Partido Socialista sobre este tema, e eu gostaria de saber se saiu a proposta do Partido Socialista ou se não apresentaram proposta.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Isso não é uma interpelação!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Digam só: «Não há!»

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — O Sr. Deputado André Pinotes Batista pede a palavra. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Sr. Presidente, não é para o mesmo efeito, porque o Sr. Deputado usou uma interpelação que depois não cumpriu. É mesmo para interpelar a Mesa para poder esclarecer o seguinte: as iniciativas que foram colocadas aqui por arrastamento extravasaram, e bastante, o objeto do que foi feito pelos cidadãos.

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas qual é a interpelação? Isso é uma intervenção!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — E a pergunta que eu tinha, Sr. Presidente, faço-a a si, não é este abuso regimental...

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados...

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — A mim não é preciso parar o tempo. A pergunta é: como é que se permitiu que o partido Chega fizesse um arrastamento que nada tinha a ver com a petição inicial? Está a ver, Sr. Presidente, é assim que se usam as figuras regimentais: como deve ser.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tu não mandas aqui! Ficaste em terceiro lugar!

Protestos do Deputado do PS André Pinotes Batista.

Pinotes, vai ver o futsal!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado, como compreenderá, não foi a Mesa que decidiu esse arrastamento, portanto, limitámo-nos a seguir a cábula que aqui estava. Essa é uma questão para pôr depois, no limite, em Conferência de Líderes.

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Não consigo ouvir!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Põe o aparelho!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, no limite, essa é uma questão para levantar na Conferência de Líderes, portanto, aqui não posso fazer nada, nem a Mesa aqui pode fazer nada.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vais à Conferência de Líderes!... Ah, é verdade, não vais!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Em Troia, o PS ficou em terceiro!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Temos eleições em outubro!

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Não percebem como é que funciona a democracia!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Agora, usa da palavra...

Protestos do CH e contraprotestos do PS.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Sonia dos Reis, do PSD. Faça favor, Sr.^a Deputada.

Protestos do CH e contraprotestos do PS.

Bom, pedia à Câmara que terminasse este diálogo de bancada para bancada, para a Sr.^a Deputada poder falar.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Sonia dos Reis** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo por saudar e agradecer aos autores desta petição, que hoje nos convocam para discutir um tema que, infelizmente, não é novo — a península de Troia e a preservação do seu património natural.

Durante décadas, toda a costa de Grândola, onde se insere a península de Troia, permaneceu intacta, quase selvagem. Contudo, no início deste século, grande parte dessa costa foi integrada em projetos PIN, entregue a grandes grupos económicos, numa decisão promovida por Governos do Partido Socialista.

Aquilo que há 20 anos ninguém procurava passou a estar na moda. Os novos *Hamptons* americanos instalaram-se na costa grandolense. O turismo cresceu, sobretudo aquele que não está ao alcance da classe média ou da população local, mas reservado a segmentos de elevado poder económico.

E o que esta petição nos mostra é que há dúvidas sérias sobre muitos destes projetos. Há denúncias de ausência de fiscalização, de acessos cortados, de transformação irreversível da paisagem. E, perante isto, temos de perguntar: o que falhou? Quem deveria ter fiscalizado? Por que razão as suspeitas se acumularam durante tantos anos?

Durante os últimos 10 anos, o País foi governado pelo Partido Socialista e, localmente, a autarquia foi e é gerida pela CDU. Com geringonça de esquerda, incluindo Bloco de Esquerda e PCP, ou sem geringonça e com uma maioria absoluta, tiveram tempo, tiveram poder, mas não exigiram, não fiscalizaram, não travaram esta deriva.

Aplausos do PSD.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

Hoje é preciso ter coragem para agir, e esse sinal já foi dado. A atual Ministra do Ambiente e Energia anunciou uma fiscalização rigorosa aos acessos da costa de Grândola. É um primeiro passo, mas é um passo firme, um passo que mostra que este Governo não olha para o lado, não assobia para o ar; fiscaliza, atua e protege. E digo isto com conhecimento de causa, porque sou grandolense, resido em Grândola,...

Aplausos do PSD.

... conheço esta costa, porque a vi mudar, e também sei o que está em causa.

O novo PDM, recentemente aprovado na câmara municipal com os votos da CDU e a abstenção do PS, contra a posição do PSD, é um erro. Ignora os limites ambientais, ignora os recursos naturais, ignora a sustentabilidade. E o PSD não aceita este caminho. Acreditamos no investimento, sim, mas com regras, com equilíbrio, com respeito pela natureza e pelas pessoas, principalmente pelas pessoas do concelho de Grândola.

Brevemente, o resultado da anunciada fiscalização, que já está em curso, será apresentado publicamente, com responsabilidade, compromisso e seriedade.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, esta petição é um alerta. A política pode e deve, sim, estar ao serviço das pessoas e do território. E o PSD está e continuará a estar do lado da proteção da península de Troia, não por conveniência, mas por convicção. E não, o PSD não se remete ao silêncio, porque esta paisagem é de todos e não pode, em circunstância alguma, ser perdida.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — A Sr.^a Deputada Paula Santos está a pedir a palavra?

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, é para pedir a distribuição de dois documentos à Assembleia da República, aos Deputados. O primeiro é a proposta do PCP para revogar o regime dos PIN e deixa claro que PSD, Chega, IL e CDS votaram contra e o PS absteve-se.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — E votámos bem!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Ou seja, a revogação deste regime era fundamental para salvaguardar a costa do litoral alentejano.

E o segundo é uma notícia, deixando bem clara a intervenção do município de Grândola para a redução da construção e do número de camas, demonstrando que tem sido a entidade que tem, de facto, intervindo para proteger a costa do litoral alentejano.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr.^a Deputada, fazendo chegar à Mesa, a Mesa distribuirá.

Terminado este acalorado ponto, passamos ao quinto ponto da nossa ordem de trabalhos, que consiste na apreciação da Petição n.º 7/XVI/1.^a (Cristina Maria Rubianes Vieira e outros) — Regulamentação da profissão de psicomotricista, em conjunto com os Projetos de Resolução n.ºs 88/XVII/1.^a (PAN) — Pela regulamentação da profissão de psicomotricista, 95/XVII/1.^a (CH) — Pela regulamentação da profissão de psicomotricidade e 110/XVII/1.^a (PCP) — Recomenda ao Governo a regulamentação da profissão de psicomotricista.

Para iniciar este ponto, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN. Sr.^a Deputada, faça favor.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Vice-Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Gostaria, em primeiro lugar, de cumprimentar também os mais de 10 000 cidadãos que assinaram esta petição.

Há anos que os psicomotricistas prestam cuidados de saúde à população portuguesa, estão inseridos em equipas multidisciplinares do Serviço Nacional de Saúde e prestam também serviços no setor social e no setor privado.

A sua atividade abrange todas as etapas da vida humana, desde o nascimento até ao final da vida. Estão também presentes em locais como escolas, jardins de infância, unidades de saúde, residências para pessoas idosas. Apesar de todo o papel e importância que têm desempenhado ao longo dos anos, os psicomotricistas continuam sem ser reconhecidos em Portugal.

A falta de regulamentação desta atividade profissional prejudica várias dimensões. Prejudica, desde logo, os utentes, cuja maneira que têm de garantir a contratação de profissionais competentes e com as devidas qualificações académicas é procurando a associação portuguesa respeitante. Prejudica também os profissionais, que, apesar de terem cursos superiores atribuídos em universidades portuguesas, continuam sem serem reconhecidos na sua profissão. E prejudica também as empresas e até o próprio Serviço Nacional de Saúde na contratação destes profissionais, pois, não havendo regulamentação, os critérios da sua contratação ficam desde já sem enquadramento e consoante o que cada administração decida definir.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, não nos podemos esquecer de que estas entidades se têm reunido também com os diferentes setores e não há, que seja do nosso conhecimento, quem se oponha à regulamentação e ao reconhecimento da importância da profissão. Está, por isso, no entender do PAN, na hora de darmos o pontapé de saída à sua regulamentação, algo que propomos hoje no debate, e esperamos que as demais forças políticas nos acompanhem.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Antes de passar a palavra ao próximo orador, quero dizer-lhe, Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, o seguinte: não que, pessoalmente, me incomode minimamente, mas, pelo Regimento, eu, como Vice-Presidente, quando estou a presidir à sessão sou Presidente, não sou Vice-Presidente.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, já me dirigi a V. Ex.^a várias vezes, quer por «Presidente», quer por «Vice-Presidente». Se o fiz, foi por defeito linguístico, não por qualquer outra questão. Sempre respeitei a Mesa e continuarei a respeitar, mesmo não tendo votado em V. Ex.^a para estar nesse lugar.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr.^a Deputada, compreendo perfeitamente. Como disse, não era um incómodo pessoal, era uma questão meramente regimental. Muito obrigado, de qualquer forma, pela sua explicação. Obrigadíssimo.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Sr.^a Deputada, fica-lhe muito mal! Era desnecessário!

A Sr.^a **Mariana Vieira da Silva** (PS): — O Sr. Presidente agradeceu!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Como também não votámos na Inês de Sousa Real, passa a ser «Inês»!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Marta Silva, do Chega. Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — Ex.^{mo} Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caras Peticionárias: Hoje, apresentamos uma iniciativa que acompanha a petição para regular a profissão de psicomotricista. Assim, fazemos justiça a uma classe que o Estado insiste em manter à margem.

Esta profissão não é nova. É ciência, é terapêutica e é reconhecida, há décadas, no plano internacional, mas em Portugal permanece numa espécie de limbo legal, que diz muito sobre aquilo que é, hoje, o SNS: um padrão ausente, desorganizado e irresponsável.

Existem mais de 2500 técnicos formados pelo Estado, empregados pelo Estado, mas que veem este a recusar a sua regulamentação há mais de 15 anos. Onde é que esteve a esquerda pseudodefensora dos trabalhadores nestes anos todos? Como é possível que estes profissionais continuem a ser ignorados, excluídos de concursos e deixados sem carreira profissional definida? Como é possível que sejam úteis nas escolas, úteis nos hospitais, nas IPSS e, mesmo assim, o Estado finja que não existem?

Pior do que ignorar uma profissão é permitir que cresça no País um mercado informal, sem regras, sem fiscalização e com riscos reais para os utentes. Todos os dias surgem pedidos de profissionais estrangeiros para verem reconhecidos os seus títulos, com formações mínimas de meses, não presenciais, e muito inferiores à dos nossos profissionais, formados pelas nossas universidades portuguesas.

Quando não há resposta, começam a exercer na mesma. É grave, porque estes profissionais lidam com os mais vulneráveis de todos, desde o nascimento até aos cuidados paliativos. Não podemos, por isso, permitir uma exposição continuada e sem regras destes utentes a práticas que não estão devidamente reguladas. A falta de regulamentação é, portanto, mais do que uma injustiça; é uma ameaça à segurança dos cuidados.

A pergunta que se impõe é: onde é que está o rigor, onde está o planeamento e o respeito pelos profissionais de saúde e pelos utentes? A verdade é esta: o SNS gasta milhões em desperdício, em fraude, mas recusa-se a investir de forma estruturada em profissões que podiam avaliar, prevenir, aliviar e tratar milhares de utentes. O Estado desperdiça a competência e o talento que ele próprio formou.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, a regulamentação desta profissão já vem tarde. O Parlamento tem, hoje, a obrigação de dar resposta a esta injustiça prolongada, que se traduz numa exclusão sistemática de quem tem

formação, de quem tem mérito e de quem tem vontade de servir. Não pode haver um SNS de excelência com profissionais que não têm reconhecimento, que não têm direitos e que não têm, sobretudo, lugar.

Este projeto de resolução que apresentamos é um passo político para reparar esta vossa negligência. Que este Parlamento esteja à altura.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português. Sr.^a Deputada, faça favor.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O PCP também dirige uma primeira palavra aos subscritores desta petição que, em boa hora, trouxeram este tema à discussão na Assembleia da República.

Estamos a falar de uma profissão com uma prática já de várias décadas no nosso País, que é, no plano da nossa sociedade, amplamente reconhecida pelo seu trabalho, dirigido a todas as faixas etárias, no que diz respeito à prevenção, tratamento, reabilitação de diversas patologias, mas que tem uma incidência e uma importância muito significativas, em particular, no trabalho que realiza com as crianças e os jovens e com as pessoas idosas.

O problema é que esta profissão não está regulamentada, e isso gera, de facto, um conjunto de dificuldades, desde logo aos próprios profissionais, gera dificuldades, inclusivamente, na prestação dos cuidados de saúde a que a população tem direito, mas também aos próprios utentes. A profissão está reconhecida na Classificação Portuguesa de Profissões. Os próprios psicomotricistas e o trabalho que desenvolvem, inclusivamente, nas clínicas e nos gabinetes, estão registados na Entidade Reguladora da Saúde. Há profissionais contratados no Ministério da Saúde, também pelo Ministério do Trabalho, mas continuam sem ver a sua profissão regulamentada.

Isso, naturalmente, não valoriza estes profissionais e o trabalho que vão realizando, mas tem também um conjunto de outros perigos, em particular a possibilidade de abuso e de usurpação desta profissão por outros e, naturalmente, isso, quando assim o é, coloca em causa a saúde pública e constitui um risco também para os próprios utentes.

Por isso, trouxemos este projeto de resolução, recomendando, exatamente, a regulamentação da profissão. A sua formação é ao nível do ensino superior, com licenciatura reconhecida, acreditada no nosso País. São profissionais que prestam funções no Serviço Nacional de Saúde, desempenham um conjunto de funções importantes no nosso País e, portanto, isso exige a regulamentação desta profissão, para que, de facto, possamos garantir a prestação de melhores cuidados, mas também, desde logo, para que possamos começar pela valorização destes profissionais.

É este o repto que aqui deixamos com esta nossa iniciativa. Estamos a falar de um problema que já vem de há muito, que continua sem estar resolvido, que tem responsáveis nos sucessivos Governos, quer do PS, quer do PSD e do CDS.

Esta é uma responsabilidade da administração central e, portanto, é justo, é legítimo e é necessário que se faça justiça com estes profissionais e que se regulem rapidamente esta profissão.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Agora, para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Muacho, do Livre. Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caros Concidadãos nas galerias: Agradeço, em primeiro lugar, aos peticionários por trazerem este tema à Assembleia da República.

A regulamentação da profissão de psicomotricista é uma questão que já deveria estar resolvida há muito tempo. Em Portugal, existem mais de 2500 destes profissionais, formados em universidades públicas, com licenciaturas reconhecidas pelo ministério. Estes profissionais integram equipas multidisciplinares em

hospitais, escolas, lares, centros de dia, onde desempenham um papel muito importante no apoio aos utentes e, em particular, a crianças, idosos e pessoas com necessidades especiais.

Apesar da sua presença e reconhecimento no Serviço Nacional de Saúde, a profissão mantém-se, ainda assim, sem regulamentação legal. E regulamentar significa também que os utentes terão garantias de que estão a ser acompanhados por profissionais devidamente qualificados para prestar os cuidados necessários e que estes profissionais têm, também, a proteção legal e as condições para exercer a profissão, em pé de igualdade com outros profissionais da saúde.

Por isso, o Livre considera que a regulamentação da profissão é um passo importante, tanto para definir quem pode exercer esta função, como para promover a formação contínua e garantir condições de trabalho justas para todos.

Com esta regulamentação, protegemos os utentes e valorizamos o trabalho destes profissionais em benefício de todos.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Joana Cordeiro, da Iniciativa Liberal. Sr.^a Deputada, faça favor.

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quero começar por cumprimentar os peticionários, assim como a Associação Portuguesa de Psicomotricidade, e por saudar a persistência com que têm defendido o reconhecimento do vosso trabalho e da vossa profissão.

Há, de facto, um vazio legal que se arrasta há demasiado tempo, porque estamos a falar de profissionais com formação superior específica, que integram há anos equipas do SNS em áreas como a saúde mental, a pediatria ou a reabilitação, ou que trabalham em contexto escolar, e em relação aos quais, ainda assim, continuam a existir dúvidas relativamente ao respetivo enquadramento legal. Esse vazio, obviamente, cria incertezas para os profissionais e para as instituições, mas sobretudo para os utentes.

A Iniciativa Liberal considera, assim, que a regulamentação de profissões deve ser sempre ponderada, justificada e proporcional e que, também por isso, não deve ser ignorada quando está em causa a vida das pessoas, a sua saúde ou, como neste caso, a qualidade dos cuidados prestados.

Por tudo isso, reconhecemos a legitimidade das preocupações trazidas por esta petição e a necessidade de uma resposta, mas essa resposta deve assentar numa análise rigorosa sobre o enquadramento da profissão, numa carreira geral ou especial, bem como os riscos envolvidos e as alternativas possíveis. Só assim se encontrará a solução mais adequada, tecnicamente sustentada e proporcional.

Para isso, torna-se, obviamente, necessário conhecer melhor o contexto e a prática concreta desta atividade profissional. É esse o desafio que esta petição e os vários projetos de resolução que a acompanham colocam a este Parlamento, e é com toda a responsabilidade que os devemos encarar.

Como posição de princípio, para a Iniciativa Liberal, devemos regulamentar apenas quando é necessário para proteger as pessoas e nunca para proteger interesses instalados ou grupos profissionais.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para mais uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP. Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Hoje, estamos a debater o grito silencioso de centenas, para não dizer milhares, de psicomotricistas existentes em Portugal. São profissionais altamente qualificados que continuam, ano após ano, a exercer sem que a sua profissão esteja devidamente regulamentada.

É uma injustiça prolongada que compromete o reconhecimento do seu trabalho e prejudica milhares e milhares de portugueses, crianças, jovens e adultos. Enquanto outros países europeus reconhecem e integraram estes profissionais nos seus sistemas de saúde e de educação, Portugal continua a marcar passo e a ignorar esta evidência científica e humana.

Não se trata apenas de dignificar uma profissão, trata-se de garantir direitos e de valorizar o papel destes profissionais na prevenção e na reabilitação. É tempo de esta Casa assumir a sua responsabilidade e legislar com justiça e, acima de tudo, dando garantia a estes profissionais com a sua regulamentação.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Dou a palavra, para uma intervenção, à Sr.^a Deputada Joana Seabra, do PSD. Sr.^a Deputada, faça favor.

A Sr.^a **Joana Seabra** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: É com sentido de responsabilidade que intervenho nesta que é a minha primeira intervenção no Plenário da Assembleia da República, em nome do Grupo Parlamentar do PSD.

Esta petição, com mais de 10 000 subscritores — um cumprimento especial para eles —, traz-nos uma questão que não pode continuar a ser ignorada: a necessidade de regulamentar a profissão de psicomotricista em Portugal.

Estamos a falar de uma profissão já reconhecida na Classificação Portuguesa de Profissões, desde 2010, incluída como prestadora de cuidados de saúde pela Entidade Reguladora da Saúde, desde 2015, e com formação superior pública altamente qualificada na Universidade de Lisboa, na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e na Universidade de Évora.

Mais de 2500 psicomotricistas exercem atualmente no País, em escolas, unidades de saúde, no setor social, no privado e público. E todos — repito, todos — os que concluem a licenciatura encontram emprego. Isso demonstra não só a relevância da profissão, mas também a sua necessidade concreta na resposta social e clínica.

O Diretor do Programa Nacional para a Saúde Mental da DGS (Direção-Geral da Saúde) reconhece que o psicomotricista é um profissional capacitado para avaliar, planear e intervir nas diferentes fases de vida dos utentes, promovendo o seu desenvolvimento e integração. Países como França já regulamentaram esta profissão. Em Portugal, persistimos ainda numa lacuna legal que, sim, abre espaço à atuação de falsos profissionais, colocando em risco a segurança dos cidadãos e a confiança nos cuidados prestados.

A Provedora de Justiça já alertou que esta ausência de regulamentação pode configurar uma restrição à liberdade de acesso à profissão, violando o artigo 47.º da Constituição. E o Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida sublinha a urgência e a relevância ética desta regulamentação.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Grupo Parlamentar do PSD reconhece a importância desta matéria, mas também sublinha que a regulamentação de uma profissão da área da saúde exige rigor, ponderação e envolvimento técnico e político sério. Assim, defendemos que, sim, é necessário regulamentar esta profissão, mas este processo deve ser feito de forma ponderada e esclarecida, com escuta ativa dos profissionais, das instituições de ensino, das entidades reguladoras e do Ministério da Saúde.

O que está em causa é demasiado importante para ser feito de forma inconsequente ou precipitada. A dignificação da profissão, a proteção dos utentes e a qualidade dos serviços de saúde e educação merecem uma resposta séria, responsável e tecnicamente sustentada.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Temos um grupo de autarcas do município de Vila Flor nas galerias. A Câmara fica a saber e aplaude, se quiser.

Aplausos gerais.

Tem agora a palavra, aparentemente para a última intervenção deste ponto, a Sr.^a Deputada Sofia Andrade, do Partido Socialista.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A Mariana Mortágua não fala?!

A Sr.^a **Sofia Andrade** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quero cumprimentar, desde logo, os mais de 10 200 peticionários que subscreveram esta petição pela regulamentação da profissão de

psicomotricista, na pessoa da Cristina Vieira, a primeira subscritora da petição e também Presidente da Associação Portuguesa de Psicomotricidade, associação que também saúde.

Relativamente ao objeto apresentado nesta petição, gostaria de sublinhar dois aspetos importantes.

O primeiro aspeto é para deixar claro que o Partido Socialista é sensível às preocupações e às reivindicações legítimas que são apresentadas nesta petição. Nós sabemos que estes profissionais integram equipas multidisciplinares em áreas sensíveis, nomeadamente na área da saúde mental, ou em áreas de acompanhamento no neurodesenvolvimento de crianças e jovens ou idosos. Temos, portanto, consciência não só da função desempenhada por estes profissionais, como também do seu sentido de missão, com vista a garantir a segurança e a qualidade dos cuidados de saúde prestados aos utentes.

O segundo aspeto é para dar nota do seguinte: o setor da saúde, pela sua complexidade, integra uma diversidade grande de profissionais. Seria, por isso, importante que o Governo olhasse para as profissões da saúde no seu todo, de modo a identificar situações como esta, de eventual necessidade de regulamentar a profissão, com o objetivo final de enquadrar as profissões de saúde.

Consideramos mesmo necessário que o Governo assuma um papel ativo e de intervenção nesta matéria. E como é que esta intervenção pode ser materializada? Por exemplo, inventariando as profissões de saúde mediante um mapeamento detalhado dos profissionais que integram o SNS e em que circunstâncias é que os profissionais integram o SNS. Esta informação, ou este mapeamento, permitirá certamente uma gestão mais informada e mais eficaz do sistema de saúde.

Bem sabemos que, quando falamos em regulamentação de profissões, não raras vezes existem dificuldades que precisam de ser objeto de diálogo e ultrapassadas, sobretudo no que diz respeito à definição da realização dos atos que competem a cada entidade. Daí a importância de ser aberta esta linha de diálogo, de negociação, que, repito, deve ser liderada pelo Governo...

Vozes do PS: — Muito bem!

A Sr.^a **Sofia Andrade** (PS): — ... e deve envolver as respetivas organizações profissionais. É que, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o diálogo que é esperado do Governo não se esgota em acordos celebrados com médicos e enfermeiros e não se esgota também em acordos para aumentos salariais.

Termino reiterando aquele que é o nosso compromisso para com a saúde e para com os portugueses: queremos um SNS forte e que garanta a segurança dos utentes e profissionais.

Este desiderato é da responsabilidade deste Governo e deste Ministério da Saúde. Esperamos que aprendam a lidar com essa responsabilidade.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Terminou este ponto da nossa ordem de trabalhos.

Passamos ao sexto ponto, que consiste na discussão da Petição n.º 242/XV/2.^a (José Manuel Correia Serra e outros) — Pela preservação das florestas e dos ecossistemas em Portugal, em conjunto com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 56/XVII/1.^a (PAN) — Prevê o crime de ecocídio no Código Penal, 57/XVII/1.^a (L) — Altera o Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, estendendo as suas medidas de proteção aos carvalhos e 65/XVII/1.^a (PS) — Reforça as regras de corte de árvores e harmoniza regimes contraordenacionais em matéria florestal, e com os Projetos de Resolução n.ºs 83/XVII/1.^a (IL) — Recomenda ao Governo a reforma da Agência Portuguesa do Ambiente e do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, 84/XVII/1.^a (IL) — Recomenda ao Governo a criação de um código florestal simplificado, 85/XVII/1.^a (IL) — Recomenda ao Governo finalizar o cadastro dos terrenos e incentivar o emparcelamento da propriedade rural, 100/XVII/1.^a (L) — Recomenda a implementação de medidas de conservação e proteção da biodiversidade da serra da Lousã e 105/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo a implementação de um programa nacional de replantação e regeneração ecológica das áreas cortadas em zonas protegidas.

Para a primeira intervenção sobre este ponto, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

Pausa.

Como a Sr.^a Deputada não está, passamos então a palavra, igualmente para uma intervenção, ao Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo por saudar os peticionários desta tão importante petição, agradecendo-lhes a oportunidade de trazer este debate a esta Câmara e de o Livre poder apresentar propostas que acompanham os vossos desejos.

A participação ativa e consciente dos nossos concidadãos é fundamental para dar voz às preocupações ambientais que afetam o nosso País, mostrando que a proteção dos nossos ecossistemas é uma causa de todas e de todos. E é por isso que hoje trazemos uma recomendação para que se implemente, com urgência, o plano de gestão da serra da Lousã e se reforcem os recursos e a formação das entidades responsáveis pela fiscalização e gestão das áreas classificadas.

Propomos, ainda, a utilização de soluções baseadas na natureza como a reintrodução de grandes herbívoros para manter e ampliar a rede de prevenção de incêndios e renaturalizar esta área.

A serra da Lousã é, reconhecidamente, um local com uma riqueza notável no que diz respeito à biodiversidade, no centro de Portugal, e é por isso que faz parte da Rede Natura 2000. Tem, no entanto, enfrentado ameaças cada vez mais prementes, como a fragmentação dos *habitats*, a proliferação de espécies invasoras, a pressão do turismo, o desordenamento do território ou o risco cada vez mais alto de incêndios, agravado pelo intensificar das alterações climáticas e pelo abandono do mundo rural.

A questão dos cortes rasos não é nova para nós e já noutros anos se questionou esta prática que, sendo importante em determinadas situações, tem de ser aplicada com parcimónia, cuidado e sustentação nos factos e nas necessidades reais.

Por estes dias, uma notícia dava conta de que, entre fogos e cortes, a perda de cobertura florestal em Portugal entre os anos 2016 e 2023 foi de 693 000 ha, mais de metade da perda total registada entre 2001 e 2023. Desde esse período, o ano de 2017 foi o que mais contribuiu para esta perda. Mais de 131 000 ha de cobertura florestal desapareceram no nosso País.

Esta é uma tendência que temos de reverter. A inexistência de uma estratégia integrada para o uso e conservação dos recursos florestais dificulta a prevenção de incêndios, a regeneração das espécies nativas e até a valorização económica e ambiental das nossas florestas.

De forma complementar, consideramos que é importante aumentar a proteção dada à floresta nativa, como é o caso dos carvalhais. Estes, outrora dominantes em áreas vastas do nosso território nacional, têm vindo a desaparecer drasticamente, reduzidos devido à pressão da agricultura intensiva, da expansão urbana, das plantações de espécies exóticas e dos fogos florestais.

Em 2001, um decreto-lei estabeleceu um quadro legal para a proteção do sobreiro e da azinheira, reconhecendo a sua importância ecológica, económica e cultural. Por diversas razões, os carvalhos ficaram de fora dessa proteção e é precisamente por isso que queremos protegê-los. Trata-se de um passo crucial, apoiado pela ciência, e a verdade é que as florestas autóctones aumentam a resiliência do meio envolvente em eventos extremos como secas, inundações e incêndios, tornando as paisagens naturais mais protegidas.

Muito obrigado pela vossa iniciativa. No que depender do Livre, contarão com o nosso apoio.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Miguel Costa Matos, do Partido Socialista.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Todos os anos a floresta arde, o País ferve e depois esquece-se.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Portugal é o segundo país da Europa que mais floresta perdeu desde o início do século — 54 % da nossa cobertura florestal.

E, desde os trágicos incêndios de 2017, fez-se muito. No ano passado, a área ardida quadruplicou, mas fazemos uma média dos três anos anteriores: a área ardida foi 60 % inferior à média da década anterior a 2017.

Mas há coisas que ainda não conseguimos mudar, como o estado desordenado, abandonado, fragmentado da floresta. Mudar isso vai mesmo demorar tempo.

Ao Parlamento falta aprovar a reforma da propriedade rústica, cujo grupo de trabalho, lançado pelo Governo do PS, obteve grande consenso nacional.

Ao Governo falta, por exemplo, operacionalizar o banco de terras e as AIGP (áreas integradas de gestão da paisagem), o novo nome para o emparcelamento.

E à sociedade, claro, falta responder a estas alterações, o que não é fácil, nem imediato.

Mas sejamos frontais: tem de haver alguma floresta de conservação. Mas não haverá floresta segura se não tivermos uma floresta produtiva. E uma floresta produtiva, Srs. Deputados, não é pôr eucaliptos e pinheiros por tudo o que é lado porque crescem rápido e depois é cortar tudo a eito. Não!

A floresta sem gestão é um barril de pólvora. É preciso promover a criação de mosaicos que reduzam o risco de incêndio e, como tal, não se pode cortar de qualquer jeito. É por isso que, desde 2021, o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais prevê a revisão das regras de corte.

Nós temos a agradecer aos 20 000 peticionários, na pessoa de José Serra, a oportunidade que nos dão de discutir e legislar sobre este tema. E o PS não falta à chamada, não para que se corte menos, mas para que se corte melhor.

No nosso País, para cortar floresta basta comunicar, e isso não chega. Nós não podemos permitir que em áreas protegidas — em áreas protegidas! — se corte floresta sem autorização. O ICNF deve poder impor medidas de proteção, como o corte seletivo, o corte faseado, a obrigação de replantação, a proteção de animais, de plantas, do solo. Só que também não podemos permitir que o ICNF ponha a floresta na gaveta e deixe o produtor mais de 45 dias à espera.

Nós temos de acabar com os cortes em terrenos alheios, encorajar as pessoas a registarem os seus terrenos. Para qualquer corte, dentro ou fora das áreas protegidas, deve-se provar quem é o dono e, se não for o próprio a cortar, que tem autorização para o efeito.

Há mesmo que pôr em prática o rastreio da madeira que circula em Portugal, sob pena, Srs. Deputados, de as regras não funcionarem para absolutamente nada. E devemos punir mais quem não cumpre: mais penas, melhor processo e os próprios municípios a fiscalizar.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, daqui a umas semanas vou ver-vos a todos a partilharem *posts* muito indignados com os incêndios, a apontarem os dedos uns aos outros, a perguntarem quem é o responsável.

Mas hoje, com este projeto, temos todos a oportunidade de fazer algo concreto pela floresta e de mostrar que estamos mesmo aqui para fazer alguma coisa por ela.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Jorge Teixeira, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Discutir florestas não é falar apenas de paisagens, é falar de algo muito mais essencial, é falar de território, é falar de economia, é falar da nossa biodiversidade e também é falar do nosso clima.

Este debate é oportuno no tempo, porque nos aproximamos do momento do ano de maior pressão climática sobre o País. E isso exige que voltemos a uma discussão que nem sempre é simples, mas que se pode basear numa premissa clara — floresta gerida é floresta segura.

E em Portugal continuamos com demasiado território abandonado ou maltratado. Não temos ainda uma política florestal coerente em todo o território que valorize a gestão, o bom uso económico e a proteção onde ela faz sentido. É aqui que também se faz a reforma do Estado.

Cumprimento todas as Sr.^{as} e Srs. Peticionários aqui presentes, saudando a sua iniciativa e a pertinência deste tema, que vai muito para além daquilo que se passa na serra da Lousã.

Sobre a reforma da floresta, a Iniciativa Liberal traz três propostas estruturantes a esta Câmara.

Começamos pela base, que é saber quem é dono do quê. Sem cadastros da propriedade rural, não há política florestal que funcione, não há ordenamento, muito menos defesa contra os incêndios. Portugal, hoje, é um país onde menos de 50 % dos terrenos têm cadastro predial, o que significa que cerca de 20 % do território não tem dono conhecido. É preciso concluir de vez o cadastro, menos burocracia nas partilhas e um portal digital para que qualquer cidadão possa saber, de forma simples, quem é proprietário do quê.

Para quem não quer ou não pode manter a sua propriedade, deve haver uma solução simples: entregá-la voluntariamente ao Estado, se assim o entender, sem labirintos legais, sem dramas. Para quem quiser emparcelar, não deve haver custos administrativos.

Em segundo lugar, conhecer o território não chega, é preciso compreender as regras que o regem. E hoje quem quer gerir bem a floresta enfrenta um emaranhado caótico de leis, decretos e regulamentos que leva, então, aos casos que estão aqui em discussão.

É por isso que propomos um código florestal simplificado, que torne claras as obrigações, os direitos e os deveres de quem quer cuidar, investir e proteger, antes de fazer propostas *ad hoc* sobre penas ou contraordenações como as que temos aqui hoje.

Por fim, para que tudo isto funcione, é preciso que as próprias instituições deixem de ser um obstáculo. A APA e o ICNF são hoje sinónimo de atraso, opacidade e incoerência. Projetos, muitos deles positivos para o ambiente, ficam bloqueados durante anos por pareceres contraditórios e decisões sem critério, enquanto os problemas reais ficam por resolver. Propomos, por isso, a sua fusão, a transferência de algumas das suas competências para a Agência para o Clima e a criação de um portal único para processos ambientais e florestais, com prazos vinculativos, métricas de desempenho e responsabilização para quem atrase injustificadamente o País.

Portugal não pode continuar entre o abandono e a burocracia. As florestas não se protegem com boas intenções, protegem-se com propriedade clara e leis que se entendam.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Dotti, do Chega.

O Sr. **José Dotti** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A Petição n.º 242/XV/2.^a, que hoje aqui discutimos, é um exemplo da mobilização da sociedade civil em torno de uma causa justa, como a da preservação dos nossos ecossistemas, pelo que o Chega começa por saudar e agradecer aos 18 280 signatários da referida petição.

O nosso território não pode continuar a ser tratado como descartável. As imagens de cortes rasos em plena Rede Natura 2000, a degradação dos solos, a proliferação de espécies invasoras e os 150 000 ha ardidos só em 2024 mostram-nos que temos de agir em prol da flora e da nossa fauna, dadas as consequências do seu esquecimento por parte do Estado.

O Chega apresenta uma proposta séria, pragmática e ancorada no interesse nacional: um programa nacional de replantação e regeneração ecológica nas áreas cortadas e degradadas com foco nas zonas protegidas.

Defendemos medidas claras como: a criação de um programa nacional com prioridade à área da rede ecológica nacional e da Rede Natura 2000; a definição de metas públicas e prazos de execução, com uso preferencial de espécies autóctones e gestão adaptada a cada região; a garantia de financiamento estável, recorrendo ao Orçamento do Estado e a fundos comunitários, incluindo a PAC (política agrícola comum); o reforço da fiscalização ambiental, com punição exemplar de práticas ilegais, como cortes não autorizados; e, por fim, a participação ativa das autarquias, das comunidades rurais e dos legítimos proprietários no planeamento e na execução.

Não são propostas fundadas no ambientalismo ideológico, são, sim, propostas de defesa do território nacional, da boa produção e da soberania.

Propomos um modelo equilibrado, que protege sem paralisar, com visão, mais fiscalização e proteção da propriedade pública e privada.

Esta proposta é um passo claro nesse caminho: regenerar o que foi destruído, contando com todos os meios possíveis e sem dogmas. É o caminho certo para um efetivo desenvolvimento sustentável do nosso País.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Agora, sim, tem a palavra para uma intervenção a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Antes de mais, começo por agradecer e saudar todos os cidadãos e cidadãs que subscreveram esta petição que pretende defender a floresta como aquilo que verdadeiramente é, um bem comum, essencial à vida, ao equilíbrio ecológico, uma arma poderosa no combate à crise climática e não um espaço para uma mera exploração económica desenfreada.

As propostas apresentadas pelos peticionários, que passam pela proibição de cortes rasos em áreas protegidas e pelo reforço da fiscalização e das sanções, são absolutamente fundamentais, pois são medidas concretas que devem ser implementadas com urgência.

O tempo das boas intenções já passou. Estamos literalmente em contrarrelógio e o PAN pretende ir mais longe. O que está em causa não é apenas uma má gestão florestal e do ordenamento do território, é a destruição consistente, consciente e continuada dos nossos ecossistemas. E essa destruição, em muitos casos, tem um nome: chama-se ecocídio. Por isso, o PAN pretende, mais uma vez, propor a sua criminalização no Código Penal.

Não podemos continuar a assistir impávidos à devastação das florestas, à destruição de zonas protegidas, à impunidade de exploradores que ignoram embargos, violam propriedades públicas e privadas, deixam atrás de si paisagens de desolação e até mesmo perda de biodiversidade.

Esta proposta também não é isolada: em França, desde 2021, o ecocídio é punido até 10 anos de prisão; o Parlamento Europeu reconheceu-o como infração ambiental grave em 2023; a Bélgica, em 2024, incluiu-o formalmente como crime penal; e vários países da América Latina seguiram o mesmo caminho.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, e por cá? Por cá, continuamos a ver o mesmo padrão: na serra da Lousã, 130 ha de floresta foram arrasados em plena Rede Natura; na Quinta dos Ingleses, em Cascais, bem aqui perto, um outro pulmão verde é ameaçado pelo betão; aqui, em Lisboa, tenta-se remover jacarandás em nome de requalificações que ignoram a emergência climática.

Tudo isto são sintomas de um sistema que não reconhece o valor intrínseco da natureza e da biodiversidade.

Por isso, entendemos que criminalizar o ecocídio é reconhecer que não há economia num planeta morto e que quem destrói o ambiente destrói o futuro das presentes e futuras gerações, pelo que não deve ficar impune.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Saudamos os subscritores desta petição que denuncia práticas prejudiciais ao ambiente e à biodiversidade na serra da Lousã e que nos convoca para lá da reflexão sobre o estado da preservação, ordenamento e gestão das florestas e dos ecossistemas do nosso País. É preciso agir.

Os peticionários denunciam a situação da serra da Lousã, mas situações semelhantes ocorrem por todo o território nacional perante a inação e desresponsabilização de sucessivos Governos, que são cúmplices e autores de uma política que despreza as populações, as florestas, o ambiente e os ecossistemas.

Por um lado, a entrega das florestas portuguesas ao mercado e aos seus mecanismos faz germinar o desordenamento do território, a introdução de espécies invasoras e a destruição de ecossistemas frágeis que precisam de proteção, fiscalização e verdadeira planificação sobre as intervenções que se impõem.

Por outro lado, a política de abandono das florestas pelo Governo, a transferência para os pequenos proprietários das responsabilidades e custos da preservação florestal, o abandono da agricultura familiar e do mundo rural, a submissão aos interesses de grupos económicos que dominam cada vez mais a floresta nacional, com impactos negativos no mercado e nos preços da madeira, o alastrar das monoculturas, a ausência de apoios e a tentativa de mercantilização dos baldios conduzem ao desaproveitamento e risco no plano florestal.

Também sublinhamos o abandono das estruturas do Estado — APA, ICNF e IGAMAOT (Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território) —, que estão sem trabalhadores e sem condições para fazerem o trabalho que se exige, incluindo a regeneração dos *habitats*.

As catástrofes que o País já viveu deveriam ser mais do que suficientes para recompor o corpo da guarda florestal, valorizar e reforçar as equipas de sapadores e os bombeiros, proceder à conclusão do cadastro florestal com respeito pelos pequenos proprietários, dinamizar o apoio à agricultura familiar e reforçar os serviços públicos, incluindo as estruturas do Estado para a floresta.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O JPP, enquanto força política nascida na Madeira, sabe muito bem o que significa proteger um território e a natureza.

A nossa floresta laurissilva, património mundial da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), é um exemplo vivo de que quando há vontade política é possível preservar, recuperar e valorizar um ecossistema único.

Mas isso vai exigir dos nossos governantes políticas de visão, com meios e com coragem. Preservar as florestas é proteger a vida, o clima, a economia e o futuro de Portugal.

Não basta legislar, é preciso fiscalizar, agir no terreno e envolver as nossas comunidades.

Preservar as florestas é também garantir a soberania ambiental dos territórios e o futuro de quem nelas vive. Não podemos continuar a falhar nesse desígnio e dou os parabéns aos subscritores desta petição por esta iniciativa.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Oliveira, do PSD.

A Sr.^a **Ana Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo por saudar os mais de 18 000 cidadãos que subscreveram esta petição, que, com este gesto e com a sua voz, reforçam a importância de valorizar e proteger a serra da Lousã, reconhecendo que defender este território é também defender toda a nossa floresta e os nossos ecossistemas.

Esta ação e mobilização fez com que a Comissão de Ambiente e Energia promovesse audições com diversas entidades responsáveis nestas matérias para compreender melhor o que se passa no terreno, sendo que ficou claro que há um consenso sobre a urgência de proteger a floresta e de combater práticas de desflorestação sem critério e sem transparência.

A serra da Lousã, aqui hoje em destaque, é uma paisagem classificada, integrada na Rede Natura 2000, com *habitats* únicos e espécies protegidas por diretivas comunitárias. É um território vivo, é um símbolo de identidade cultural e natural do distrito de Coimbra, sendo um exemplo fundamental para a abrangência do debate de hoje, representando todas as nossas florestas, que, além de património, são biodiversidade, são barreiras contra incêndios, são filtros de carbono e envolvem pessoas e a sua qualidade de vida.

A petição em apreço identifica problemas concretos e apresenta propostas legislativas e administrativas relevantes, como o reforço das sanções para quem desrespeita normas ambientais, a compensação ecológica pelas áreas destruídas e a revogação de alvarás em caso de infrações graves.

Estas propostas apontam para a responsabilização dos operadores florestais e rejeitam a lógica de impunidade, mas, na nossa visão, também devem ser enquadradas numa estratégia preventiva de política florestal.

Prevenir é planear bem o uso do solo, é valorizar as boas práticas, é reforçar o papel do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, dotando-o dos meios necessários para agir.

Apesar do trabalho já desenvolvido, ainda existem preocupações quanto à capacidade de prevenir danos ambientais graves, especialmente quando a legalidade normal não assegura a proteção real dos ecossistemas.

O Grupo Parlamentar do PSD acompanha estas preocupações, reafirma o seu compromisso com a defesa do património natural e está disponível para trabalhar em soluções que promovam uma floresta resiliente, diversa e bem gerida, em equilíbrio com os territórios e as suas comunidades.

De facto, não há desenvolvimento sustentável sem proteção e não se protege sem regras claras. Podem contar com o PSD, através do respeito e da valorização daquilo que nos une: as florestas.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Vamos agora passar ao sétimo ponto da nossa ordem do dia, que consiste na discussão da Petição n.º 120/XVI/1.^a (Movimento por uma Inclusão Efetiva) — Por uma inclusão efetiva nas escolas, juntamente com, na generalidade, os Projetos de Lei n.ºs 54/XVII/1.^a (PAN) — Garante uma inclusão efetiva nas escolas, alterando o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, e 55/XVII/1.^a (PAN) — Aprova a carta dos direitos linguísticos da comunidade surda, especialmente em contexto educativo, e com os Projetos de Resolução n.ºs 39/XVII/1.^a (CH) — Pela contratação de terapeutas e psicólogos para o apoio de crianças com necessidades educativas especiais, 82/XVII/1.^a (IL) — A emergência na consolidação de aprendizagens, 86/XVII/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que elabore e apresente um relatório de avaliação da aplicação do Regime Jurídico da Educação Inclusiva com vista à respetiva melhoria contínua, 87/XVII/1.^a (PAN) — Por uma inclusão efetiva nas escolas, 97/XVII/1.^a (L) — Recomenda o reforço dos centros de apoio à aprendizagem, 99/XVII/1.^a (L) — Recomenda o reforço da língua gestual portuguesa (LGP) nas escolas, 102/XVII/1.^a (BE) — Por uma educação inclusiva, 107/XVII/1.^a (PCP) — Garantia de uma verdadeira educação inclusiva na escola pública, 111/XVII/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo a revisão das políticas de inclusão em meio escolar resultante da avaliação em curso e 113/XVII/1.^a (CDS-PP) — Recomenda ao Governo a revisão do Regime Jurídico da Educação Inclusiva e da formação dos professores de educação especial.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Cumprimento as Sr.^{as} e Srs. Peticionários, que saúdo pela inspiradora petição que nos trazem, referente a um problema de inclusão que tem de passar por uma política de integração.

A educação inclusiva em Portugal tem vivido um claro paradoxo. Se é verdade que temos uma legislação que protege as crianças e jovens com deficiência, neurodivergência e surdez, não é menos verdade que, na prática, os princípios da igualdade, da equidade, da não discriminação e da inclusão continuam muitas vezes sem sair do papel ou sem serem aplicados na escola.

Na verdade, 8 em cada 10 escolas não têm recursos humanos para cumprir as exigências da lei, o financiamento do Ministério da Educação é insuficiente, falta formação especializada e ajustada às necessidades das crianças e jovens e faltam vagas nas escolas de referência.

Mais grave ainda, continuamos a ter casos de alunos que durante crises levam puxões de orelhas e são agredidos fisicamente para se acalmarem, sendo até filmados. Há também relatos de pais de alunos com necessidades educativas especiais que nos dizem que os filhos continuam a ser rotulados como crianças difíceis ou discriminados na sua participação, sendo impedidos de assistir às aulas ou mesmo vendo os seus trabalhos escolares rejeitados.

Burburinho na Sala.

Esta realidade é preocupante e não a devemos ignorar. É a realidade de pais e mães que são parte do Movimento por uma Inclusão Efetiva e que nos é relatada na sua inspiradora petição que o PAN...

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr.^a Deputada, só um momento.

Peço aos Srs. Deputados que ouçam em silêncio a Sr.^a Deputada. O ruído de fundo que se está a ouvir faz confusão a quem está a falar, pelo que agradeço essa cortesia.

Faça favor de prosseguir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Muito obrigada, Sr. Presidente, até porque este é um tema da maior relevância e ao qual este Parlamento deve dedicar toda a atenção. Estamos a falar do facto de não existir inclusão numa escola que exclui crianças por serem neurodivergentes.

É precisamente para assegurarmos uma inclusão efetiva que hoje propomos a alteração da lei da educação inclusiva para que agregue algumas questões e direitos. Por exemplo: os alunos com neurodivergência devem poder usar canceladores de ruído; deve haver a inclusão de crianças com menos de 3 anos na rede de escolas de referência; deve-se garantir que passem a ter acesso a transporte escolar gratuito; deve estar prevista a cobertura por seguro escolar.

É preciso igualmente que os docentes, o pessoal não docente e os especialistas que trabalham na educação especial tenham formação regular e sejam valorizados de uma vez por todas, nomeadamente no que diz respeito à profissão de intérprete de língua gestual portuguesa.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, a valorização destas dimensões é garantir uma verdadeira inclusão na nossa escola e, acima de tudo, na nossa sociedade. Por isso, acompanhamos os peticionários.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Carvalho, do Chega.

O Sr. **José Carvalho** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Permitam-me uma saudação particular aos peticionários que estão hoje nas galerias, nesta Casa que é vossa e para vós.

Nas pessoas do pai Lourenço, da mãe Filipa, da mãe Cláudia e da mãe Diana, que representam os muitos milhares de pais e todas as crianças especiais deste País, obrigado pelo vosso empenho, mostram-nos um amor incondicional que ultrapassa possíveis e alcança impossíveis.

Aplausos do CH.

Esta petição é um bom exemplo e um exemplo para uma classe política que nem sempre conhece o país real. São pais que deixam as suas vidas para acompanhar os filhos, pais que vivem em função de um amor maior, dando a vida pelos outros. Ser pai e mãe destas crianças é um ato de amor e de coragem, especialmente quando vivemos num mundo cada vez mais individualista e a vida se tornou descartável.

Estamos a falar de pais que vivem em sobressalto diário, a correr de um lado para o outro, tantas vezes apenas por 15 minutos de terapia semanal, paga a peso de ouro, mas que é fundamental para a criança se tornar funcional. Pais que passam noites sem dormir, em filas para consultas e tratamentos e que tantas vezes são postos perante a escolha entre comer e pagar as terapias.

Srs. Deputados, estes pais pedem que a lei seja cumprida e que sejam respeitados os direitos da equidade e igualdade de oportunidades. Que país estamos a criar quando abandonamos estas crianças e suas famílias? Que país estamos a deixar quando estes pais pedem apenas o essencial e nada de especial?

Estas são as perguntas que as pessoas lá em casa fazem, especialmente quando estes pais pedem tostões para dar condições aos filhos e os governantes, todos os dias, desperdiçam milhões em festas LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgénero) e bandeiras arco-íris.

Aplausos do CH.

Será necessário repetir, Srs. Deputados? Eu repito: estes pais pedem tostões e andamos a gastar milhões em festas LGBT e bandeiras arco-íris. No Chega, queremos um Portugal a cuidar e não uma comunidade a desmoronar.

Srs. Deputados, permitam-me uma referência aos muitos e bons profissionais das nossas escolas que, no meio das dificuldades e insuficiências materiais e humanas, dão o melhor de si por estas crianças e alunos: os professores, os técnicos, os terapeutas, as equipas pedagógicas, as tarefeiras, os psicólogos e tantos outros.

Srs. Deputados, se a política só faz sentido se for em prol das pessoas e por causas maiores, hoje é um bom dia para o mostrarmos. É um bom dia para pormos de lado as divergências e encontrarmos as convergências necessárias. As crianças são uma dessas causas, crianças que muitos querem impedir de nascer, crianças especiais que são as mais frágeis da sociedade e que importa apoiar com base num princípio de elementar justiça que o Chega, como partido da direita popular, aqui representa. É assim que fazemos política, é assim que construímos comunidade, com verdadeiros gestos de humanidade.

Srs. Deputados, hoje é um dia de esperança. Esta petição é uma oportunidade, não a desperdicemos. Srs. Deputados, que cada um aproveite esta oportunidade para fazer o bem. Não sou eu que o peço, não são os Deputados do Chega que o pedem, são estes pais e os seus filhos que o pedem e merecem.

Aplausos do CH.

Afinal, é assim que se constrói comunidade, com verdadeiros gestos de humanidade.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Angélique Da Teresa, da Iniciativa Liberal.

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Peticionários: Muito obrigada por este ato de cidadania.

A lei portuguesa estabelece o direito à educação inclusiva, mas este esforço de inclusão tem uniformizado percursos educativos. Esta suposta inclusão tem sobrecarregado os professores e tem levado a um sem-número de queixas por parte dos pais, que afirmam que este modelo tem criado maior exclusão.

Há relatos preocupantes de violência física e verbal que não são aceitáveis: não é aceitável que um aluno fique de fora do sistema escolar; não é aceitável que um aluno que seja surdo não seja acompanhado por professores que saibam língua gestual; não é aceitável que um aluno migrante, que não saiba português, não tenha Português Língua Não Materna; não é aceitável que um aluno com dificuldades de aprendizagem não seja acompanhado de forma célere; não é aceitável que um aluno com dificuldades de aprendizagem por causa das greves não tenha recuperação dessas mesmas aprendizagens.

Atualmente existe uma enorme confusão entre medidas universais e seletivas. A Iniciativa Liberal defende que as medidas universais deveriam ser de carácter preventivo, como por exemplo o reforço das aprendizagens e o apoio tutorial. Já as medidas seletivas e adicionais deveriam ter maior espaço de intervenção, porque uma criança autista tem necessidades diferentes comparativamente a uma criança disléxica ou a outra que seja hiperativa. E todas têm de ter respostas adequadas e adaptadas à sua situação.

É preciso que o Governo acelere com as condições de acesso às equipas multidisciplinares diversificadas em função do diagnóstico e, já agora, que esse diagnóstico venha a tempo e a horas. É preciso que a carga burocrática seja retirada dessas mesmas equipas. É preciso que a educação inclusiva não seja uma amálgama de medidas que baralha tudo e todos.

Para isso, é fundamental que haja uma separação entre essas medidas de apoio à aprendizagem e intervenção precoce e as medidas de apoio à inclusão. Esta é a proposta da Iniciativa Liberal. Não se pode promover a igualdade de oportunidades enquanto fingirmos que não há diferenças. Há diferenças, o objetivo é que deve ser o mesmo: potenciar as capacidades de cada aluno para que estejam mais preparados e para que sejam mais autónomos.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre.

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A necessidade de aumentar a inclusão das crianças com neurodivergência e deficiência nas escolas e no ambiente escolar é urgente e fundamental para garantir a igualdade de oportunidades e o pleno desenvolvimento de todas as crianças. Por isso, agradecemos a todas as pessoas que trouxeram este assunto ao Parlamento, em especial aos que são parte do Movimento por uma Inclusão Efetiva.

Em Portugal, a maior parte das escolas ainda enfrenta grandes obstáculos para oferecer apoio adequado a este tipo de crianças e jovens, devido a vários fatores, que vão desde a falta de formação específica do corpo docente e não docente à escassez de recursos especializados e adequados.

Por isso, e porque reconhecemos o esforço adicional que é pedido a estes pais, mães e cuidadores na inclusão dos seus filhos na escola, trazemos para discussão uma recomendação que pede o reforço da língua gestual portuguesa nos estabelecimentos de ensino. A língua gestual portuguesa está protegida, legal e constitucionalmente, como a primeira língua da comunidade surda em Portugal, reconhecida como instrumento fundamental de acesso à educação e à cidadania.

É na escola, enquanto espaço não só de aprendizagem, mas também de socialização e, muitas vezes, de primeiro contacto com a diferença, que se deve promover um ambiente em que todas as crianças possam desenvolver plenamente as suas capacidades cognitivas e de cuidado com o outro.

O reforço da língua gestual portuguesa nas escolas não se deve limitar apenas à sua oferta como disciplina para alunos surdos. Também o resto da comunidade escolar poderá beneficiar do seu ensino, promovendo uma verdadeira inclusão e tornando estas crianças em adultos mais preparados e mais empáticos.

É também neste sentido que propomos o reforço dos centros de apoio à aprendizagem, uma resposta fundamental no acompanhamento de alunos com necessidades educativas específicas.

Por isso, consideramos necessário, por um lado, que se proceda à revisão dos rácios de pessoal docente e não docente alocado a esses centros, para garantir que correspondem às necessidades reais dos alunos e, por outro, que se garantam em todas as escolas os recursos materiais necessários para assegurar o devido acompanhamento aos alunos com necessidades educativas específicas, em articulação com as direções escolares.

Quando todas as crianças têm espaço e visibilidade, a escola passa a ser não apenas um lugar de ensino, mas também um verdadeiro exercício de cidadania.

Se este Governo não estiver verdadeiramente empenhado em proteger as crianças, o Livre estará. Queremos uma escola mais justa, mais igual, mais inclusiva e mais democrática, uma escola que responda aos valores de Abril, e é isso que iremos continuar a exigir.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, há uns meses discutimos aqui este tema e um Deputado do Chega perguntava:...

Protestos do CH.

... «O que é que provoca, de repente, o aumento do número de alunos com deficiência na escola? Parece que já não há alunos normais.» Isto dizia um Deputado do Chega e vale a pena lembrar.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — É verdade! Bem lembrado!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Há uma raiz de ignorância nesse comentário, de falta de humanismo, de total desrespeito pelas pessoas. Mas há também uma outra crença e uma realidade social.

Protestos do CH.

Estas crianças não estavam na escola porque não tinham acesso à escola. Estavam excluídas da escola porque nunca lhes foi proporcionado acesso a um ensino inclusivo e nunca lhes foi dada essa possibilidade.

A partir do momento em que assumimos que a escola deve ser universal e para todas as crianças, temos de criar condições para que todas as crianças possam fazer parte dessa comunidade escolar, com condições para a aprendizagem, direito a participar igualmente na vida da escola, no dia a dia da escola, e com condições para a sua autonomia.

É muito mais do que garantir aquela aula ou aquele apoio. É formar cidadãos e garantir que terão condições e autonomia para intervir na sociedade. Por isso, devem poder crescer como todas as outras crianças.

Para isso, são precisos recursos, nomeadamente professores de educação especial, de formação para intervenção precoce, de língua gestual. São precisos técnicos especializados, são precisos auxiliares de educação para esses alunos e para todos os outros, para que a comunidade escolar possa evoluir como um todo, sem deixar ninguém para trás. É preciso reduzir o número de alunos por turma, é preciso promover a participação, é preciso reconhecer espaços de participação.

Srs. Deputados, não se fazem omeletes sem ovos. Reconhecemos a necessidade de educação especial, reconhecemos a necessidade de inclusão, mas é preciso que os recursos das escolas acompanhem a boa vontade e o passo legislativo e civilizacional que se deu ao promover e permitir o acesso de todos à educação. Caso contrário, não é um acesso...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O PCP entende que a educação inclusiva deve promover a igualdade de oportunidades, o acesso, o sucesso educativo, a autonomia, a inclusão familiar, educativa e social, a estabilidade emocional, o desenvolvimento das possibilidades de comunicação físicas e intelectuais, a separação dos obstáculos e dos seus impactos, a preparação para o prosseguimento dos estudos ou de uma formação profissional adequada, bem como a integração na vida socioprofissional das crianças com necessidades educativas específicas.

A verdade é que a realidade está muito longe destes pressupostos que devem estar presentes, pois chega-nos um conjunto de preocupações, inclusive por esta petição e pelos seus subscritores, que queria saudar por esta iniciativa. Aquilo que se identifica é um conjunto de lacunas, de insuficiências de meios e de recursos para assegurar a igualdade e uma verdadeira educação inclusiva nas nossas escolas.

Faltam professores de educação especial, faltam auxiliares de ação educativa, faltam técnicos especializados. Muitas turmas das nossas escolas, quando têm alunos com necessidades específicas, não têm a redução de turma tal como prevê a nossa legislação, e isso constitui um constrangimento que não permite uma verdadeira inclusão por parte destes alunos.

Tivemos a oportunidade de trazer, com esta petição, uma iniciativa legislativa que recomenda ao Governo um conjunto de medidas que são absolutamente fundamentais para que a escola inclusiva seja uma realidade para todos, desde logo, a contratação de trabalhadores afetos à educação inclusiva, docentes de educação especial, assistentes operacionais, técnicos especializados, e a criação do grupo de recrutamento de intervenção precoce. Esta é uma intervenção de grande importância nas idades dos 0 aos 6 anos.

Propomos também a formação específica a todos os trabalhadores e a formação pedagógica específica para professores, nomeadamente sobre instrumentos de avaliação dinâmica, planos educacionais individualizados, planos de transição em disciplinas e ciclos, procedimentos de inovação e intervenção pedagógico-clínica, práticas e estratégias de inclusão efetiva.

Recomendamos igualmente o aumento do número de horas de apoios diretos na educação inclusiva e a revisão dos rácios do número de alunos por turma, reduzindo-se o número de alunos, no caso de turmas com

alunos com necessidades educativas específicas, garantindo-se o máximo de dois alunos com necessidades específicas por turma.

Propomos ainda a aquisição e a elaboração de recursos materiais e pedagógicos, e mecanismos que facilitem a transição do ensino secundário para o ensino superior, permitindo a preparação atempada da instituição de ensino superior, nomeadamente a necessidade da existência de um regime jurídico de educação inclusiva para o ensino superior. Uma questão que tem vindo a ser suscitada consiste na necessidade de dotar as instituições de ensino superior dos meios e recursos para dar esta resposta.

Obviamente, tudo isto exige um reforço do investimento no plano orçamental, para garantir estas respostas. Estamos a falar de matérias absolutamente essenciais para que a educação inclusiva seja uma...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Inês Barroso, do PSD.

A Sr.^a **Inês Barroso** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A primeira palavra do Grupo Parlamentar do PSD é de sincero agradecimento, sendo dirigida aos mais de 9200 peticionários que trouxeram ao Parlamento a sua preocupação, o seu conhecimento e, acima de tudo, o seu compromisso com uma escola mais justa, mais inclusiva e mais humana.

A voz do movimento pela escola inclusiva, a voz de todos, as vossas vozes são essenciais para que o Parlamento cumpra a sua missão de representar todos os cidadãos e de construir políticas públicas mais eficazes e mais próximas das variadas vertentes que esta assume.

Aplausos do PSD.

Foi efetivamente com a preocupação de que é preciso fazer mais e melhor que o Governo anterior iniciou o seu trabalho, que está a ser continuado e concretizado pelo atual Governo. É um ciclo de compromisso com a inclusão em meio escolar.

A legislação tem garantido a integração, mas tem de conseguir garantir a real inclusão, Sr.^{as} e Srs. Deputados. É sobre este paradigma que todos devemos debruçar-nos e é este paradigma que o nosso Governo está a executar.

Aplausos do PSD.

O atual Governo, no seu programa, reafirma o compromisso com uma escola verdadeiramente inclusiva, onde todos os alunos, independentemente da sua origem ou condição, tenham oportunidades reais de sucesso. É neste contexto que está a ser revisto o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que estabelece o Regime Jurídico da Educação Inclusiva. Após sete anos da sua entrada em vigor, o Governo considerou que era tempo de o avaliar, de ouvir, de o corrigir e de o melhorar.

O Governo contratualizou ao ISCTE (Instituto Universitário de Lisboa) o estudo de avaliação do citado normativo legal, e a Direção-Geral da Educação tem em desenvolvimento uma auscultação alargada de todos os intervenientes: pais, alunos, professores, técnicos especializados, direções escolares e associações parceiras, no respeito de que a abordagem participativa é essencial para garantir as mudanças que vierem a ser realizadas, para que estas respondam às necessidades reais das comunidades educativas.

O nosso projeto de resolução é apresentado no reconhecimento do trabalho em curso pelo Governo. Não consideramos que sejam necessários mais estudos, mas, sim, que se concluam as avaliações e análises que estão a ser realizadas. Não podemos continuar a fazer paliativos a um normativo legal; temos de o repensar e projetá-lo para o futuro.

Precisamos da ação concreta de revisão que o Governo está a concretizar e que o Grupo Parlamentar do PSD hoje aqui reforça. Recomendamos ao Governo que atualize o Regime Jurídico da Educação Inclusiva,

com base nos resultados da avaliação e da auscultação em curso, e que reforce a participação dos pais e encarregados de educação dos alunos com necessidades educativas específicas nos processos de decisão e escolha do percurso escolar dos seus educandos.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, a escola é o espelho da sociedade que queremos construir. Uma escola inclusiva é uma sociedade mais coesa, mais solidária e mais preparada para os desafios do futuro.

Este projeto de resolução é um contributo concreto para esse objetivo e é também um sinal claro de que esta Assembleia está atenta, está comprometida e está determinada a fazer parte de uma educação inclusiva.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para a última intervenção deste último ponto, tem a palavra o Sr. Deputado Porfírio Silva, do Partido Socialista.

O Sr. **Porfírio Silva** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do Partido Socialista saúda os cidadãos que tomaram a iniciativa de expor as suas preocupações e de apresentar as suas propostas a este Parlamento, por via da petição por uma inclusão efetiva nas escolas.

A inclusão, designadamente a das crianças e jovens em contexto escolar, é uma preocupação que todos partilhamos. O Decreto-Lei n.º 54/2018 apresenta uma mudança de paradigma na educação inclusiva, através do reconhecimento de que todos os alunos podem necessitar de apoio em algum momento e de que há situações muito diversas entre si, pelo que diferentes níveis de medidas devem estar disponíveis.

Contudo, os avanços legislativos não produzem, por si só, todas as transformações necessárias da realidade. Os avanços sustentados são sempre incrementais e, por isso, há que acompanhar a implementação, designadamente em termos de recursos materiais e humanos disponíveis.

É preciso avaliar, como o próprio decreto-lei prevê. O Governo lançou uma avaliação, e bem, com uma componente externa e uma componente interna, a qual acreditamos que será útil para, junto com o conhecimento que têm carreado os intervenientes no terreno, sabermos mais exatamente quais os pontos fortes e quais os pontos fracos do funcionamento do atual modelo — no concreto, quais são os principais obstáculos a remover.

Parece-nos que o melhor método de trabalho é esperarmos pelos resultados da avaliação em curso, que, acreditamos, ajudarão a consolidar uma visão de conjunto acerca do que é necessário fazer para avançar. O PS cá estará para dar o seu contributo nesse esforço organizado para continuar a melhorar.

Como escrevem os peticionários, o que está em causa é promover a inclusão das crianças e jovens com deficiências na comunidade escolar e, afinal, lutar pela efetivação dos seus direitos. Sim, porque é uma questão de direitos humanos, mas é ao mesmo tempo um caminho complexo. Conhecemos as dificuldades quotidianas que sentem estas crianças e jovens, as suas famílias, todos os profissionais que trabalham com eles, e é nisso que temos de nos concentrar.

Temos um modelo que podemos melhorar, temos condições reais, concretas, no terreno, que podemos melhorar. Pensamos que é possível construir uma convergência alargada, uma convergência construtiva, neste Parlamento, para enfrentarmos esta questão, mesmo que a partir de posições não inteiramente coincidentes. É nisso que estamos empenhados.

Pensamos que é hora de esperar pela avaliação e pelos contributos retirados do terreno para avançarmos.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, posto isto, está terminada a nossa ordem do dia.

Amanhã, a sessão tem início às 10 horas e o primeiro ponto da ordem do dia consiste na discussão conjunta, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 1/XVII/1.^a (GOV) — Altera a Lei n.º 37/81, de 3 de outubro, que aprova a Lei da Nacionalidade, e dos Projetos de Lei n.ºs 20/XVII/1.^a (CH) — Altera a Lei da Nacionalidade no sentido de restringir a aquisição da nacionalidade portuguesa e assegurar a possibilidade da sua perda em determinados casos e 67/XVII/1.^a (BE) — Altera a Lei da Nacionalidade (altera a Lei n.º 37/81, de 3 de outubro).

Do segundo ponto consta o debate, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 2/XVII/1.^a (GOV) — Cria a unidade nacional de estrangeiros e fronteiras na Polícia de Segurança Pública e do Projeto de Lei n.º 60/XVII/1.^a (CH) — Cria a unidade nacional de polícia de estrangeiros e fronteiras da Polícia de Segurança Pública.

O terceiro ponto consiste no debate, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 3/XVII/1.^a (GOV) — Altera a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, em conjunto com os Projetos de Lei n.ºs 61/XVII/1.^a (CH) — Restringe as normas em matéria de entrada e permanência em território nacional, alterando a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, 68/XVII/1.^a (BE) — Elimina os vistos *gold* (altera a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional), 74/XVII/1.^a (PAN) — Estabelece medidas para assegurar a integração de cidadãos estrangeiros, promovendo o acesso ao emprego, à língua portuguesa e à proteção social em condições de igualdade, e 77/XVII/1.^a (PAN) — Prevê garantias processuais efetivas na detenção de migrantes e a criação de um projeto-piloto para medidas alternativas à detenção, e ainda o Projeto de Resolução n.º 23/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que adote medidas adequadas à imediata suspensão do reagrupamento familiar pedida por imigrantes com residência legal em Portugal.

Do quarto ponto consta a discussão conjunta, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 4/XVII/1.^a (GOV) — Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e dos Projetos de Lei n.ºs 53/XVII/1.^a (IL) — Reduzir o IRS: valorizar o trabalho e potenciar a nossa economia, 63/XVII/1.^a (CH) — Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, promovendo uma maior justiça fiscal, 64/XVII/1.^a (CH) — Alargamento da dedução de despesas com habitação em sede de IRS, 69/XVII/1.^a (BE) — Altera a dedução de encargos com imóveis (altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares), 71/XVII/1.^a (L) — Altera o Código do IRS, alterando o valor da dedução específica, 72/XVII/1.^a (L) — Altera o Código do IRS, aumentando os limites das deduções com as despesas gerais familiares e com educação, 73/XVII/1.^a (PCP) — Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, 75/XVII/1.^a (PAN) — Aprova um programa de emergência fiscal, que garante uma atualização intercalar dos escalões de IRS e do valor da dedução específica da categoria A e da categoria H do IRS e 76/XVII/1.^a (PAN) — Alarga a todas as famílias a possibilidade de dedução de gastos com a prestação de crédito à habitação em sede de IRS, alterando o Código do IRS, e dos Projetos de Resolução n.ºs 116/XVII/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que preveja a possibilidade de os contribuintes optarem por refletir o impacto da redução intercalar de IRS em sede de reembolso de IRS e 117/XVII/1.^a (PAN) — Pela inclusão dos contratos celebrados após 31 de dezembro de 2011 no âmbito da dedução de encargos com juros de dívidas contraídas no âmbito de contratos de crédito à habitação, prevista nas alíneas *b*), *c*) e *d*) do n.º 1 do artigo 78.º-E do Código do IRS.

Seguir-se-ão, no último ponto, as votações regimentais.

Muito boa tarde e até amanhã, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Está encerrada a sessão.

Eram 18 horas e 30 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.